

CADERNO TEMÁTICO | 2023

Relacionamento com Comunidades



Sumário

1. Apresentação	
Sobre este caderno	04
A Eletrobras	05
Atuação nacional.....	06
Contribuição com a Agenda 2030	07
Compromisso com os direitos humanos.....	08
2. Gestão do impacto	
Compromissos	10
Identificação dos impactos.....	11
Mitigação dos impactos.....	12
Mapa de impactos.....	14
3.Deslocamento de populações	
Minimização dos impactos	21
4. Atendimento a emergências	
Plano de ação de emergência	25
5. Engajamento das comunidades	
Relacionamento e comunicação social	31
6. Comunidades Indígenas e tradicionais	
Atuação indigenista.....	37
Compromissos e ferramentas de gestão	38
7. Projetos socioambientais	
Panorama dos investimentos socioambientais.....	56
Voluntariado	64
Patrocínio	68

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 1

Apresentação

Sobre este caderno

Bem-vindo(a) ao Caderno Temático de Relacionamento com Comunidades da Eletrobras. Este documento é um complemento ao [Relatório Anual 2023 da companhia, aprofundando os conteúdos relacionados ao tema.](#)

O tema de Relacionamento com as Comunidades é considerado material para a Eletrobras, e reconhecemos que as nossas ações impactam principalmente a população local, o governo, parceiros, patrocinadores e a sociedade em geral. Nossa forma de gestão e principais indicadores são abordados no Relatório Anual, seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Por meio deste documento, reportamos de maneira mais completa e aprofundada a gestão, estratégia, iniciativas e ações relacionadas ao tema, demonstrando como geramos valor às comunidades ao longo de 2023.

O relato inclui informações das nossas cinco subsidiárias (Eletrobras CGT Eletrosul, Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletropar) e das seis Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em que detemos controle: Santo Antônio Energia - SAESA, Brasil Ventos, Baguari, Retiro Baixo, Teles Pires e Eólica Ibirapuitã.

Em caso de dúvidas ou comentários sobre os conteúdos apresentados, entre em contato com o nosso time de sustentabilidade:

sustentabilidade@eletrobras.com

Boa leitura!

Entregas de valor

Ao longo de 2024, iremos reportar uma série de relatórios referentes à nossa estratégia e performance de sustentabilidade, com conteúdos que complementam e aprofundam o [Relatório Anual](#):

- » [Hotsite](#) e [Resumo Executivo](#).
- » [Caderno de Indicadores](#), com o reporte dos indicadores GRI da Eletrobras e SPEs.
- » Cadernos Temáticos, que aprofundam o reporte de nossa gestão e iniciativas em temas específicos como Relacionamento com Comunidades e Biodiversidade.
- » Relatórios SASB, TCFD e de Finanças Sustentáveis, em atendimento a outras diretrizes.
- » Caderno ODSs.

Você poderá acessar esses documentos na página de [Sustentabilidade do Portal Eletrobras](#). Para aumentar a transparência do negócio, disponibilizamos também o site [Energia a Limpo](#), que aborda e traz respostas sobre os temas mais sensíveis de nossa atuação.

A Eletrobras

Somos a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S/A), líder em geração e transmissão de energia elétrica no Brasil.

Fomos criados em 1962 como uma empresa pública e, em 2022, concluímos nosso processo de capitalização, reduzindo a participação da União Federal em nossa composição acionária de 69% para aproximadamente 43%. Dessa forma, o governo deixou de ser o controlador e nos tornamos uma empresa de controle privado. Temos capital aberto e ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3) e Nova York (NYSE).

Atuamos em todo o território nacional, a partir das operações de geração e transmissão da Eletrobras CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Furnas. Além dessas, controlamos uma empresa de participações, a Eletrobras Eletropar, que opera no setor financeiro.

Controlamos também seis Sociedades de Propósito Específico (SPEs), e temos participação em outras 63, por meio das quais atuamos em empreendimentos de transmissão e geração.



75 iniciativas

Escritório de
transformação



14 milhões

Investidos em
projetos voluntários



96,5%

Do total de energia
gerada são proveniente
de fontes renováveis



Baixa emissão

de gases do
efeito estufa,
contribuindo para que
a matriz energética
nacional seja uma das
mais limpas do mundo



Serviços de comercialização

e eficiência
energética

Atuação nacional

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

Geração

100 usinas em operação, sendo:

- 47 hidrelétricas;
- 43 eólicas;
- 9 termelétricas;
- 1 solar.

44.654,5 MW de capacidade instalada, sendo:

- 67% de empreendimentos corporativos e de propriedade compartilhada*;
- 33% em SPes.

146.946,6 GWh gerados, sendo

- 95% hídrica;
- 1,5% eólica;
- <1% solar;
- 3,5% termelétrica.

44.654,5 MW

de capacidade instalada

22%

dos 199.325 MW totais do Brasil

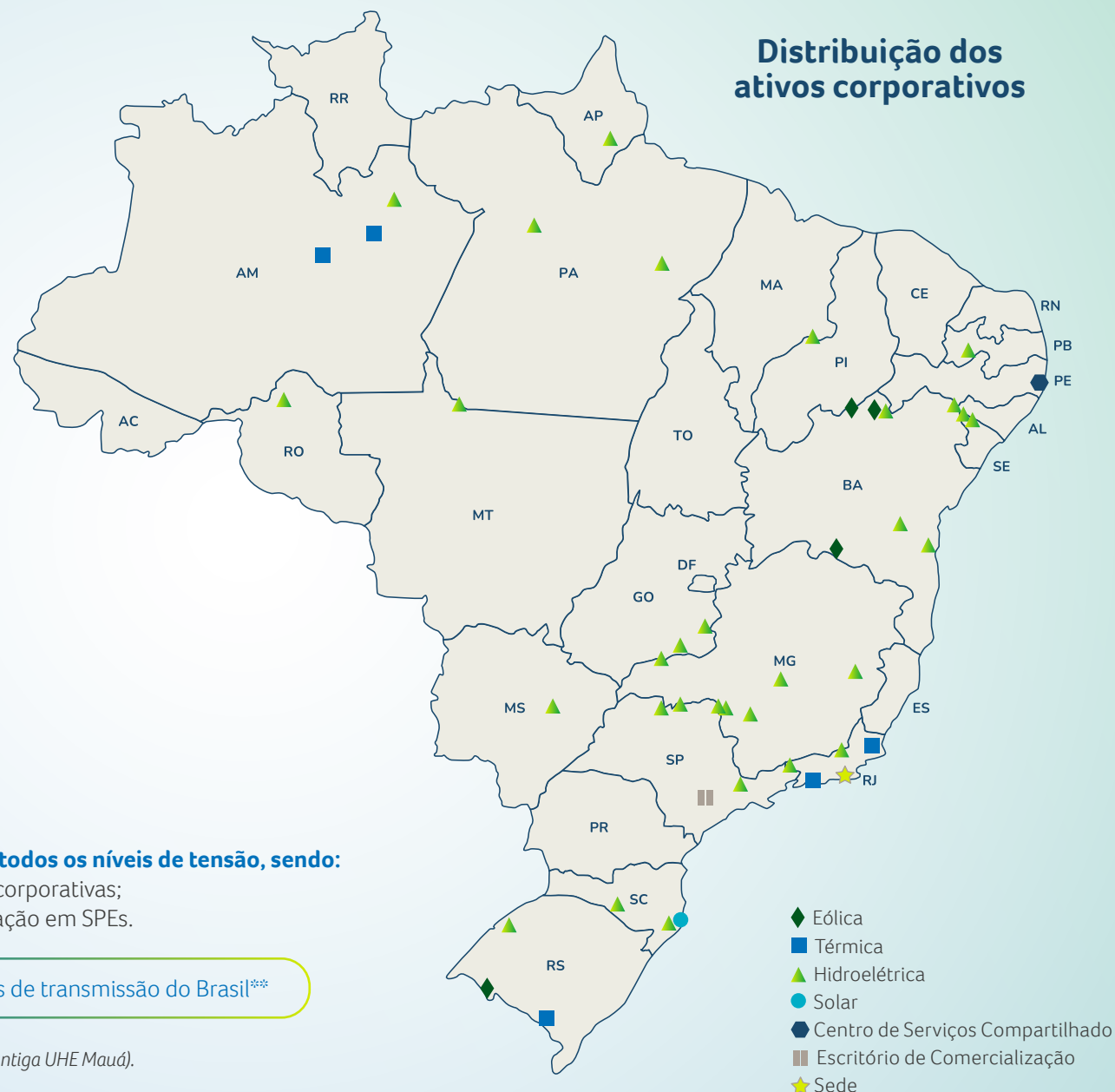
Transmissão

73.788 km de linhas em todos os níveis de tensão, sendo:

- 66.539 km de linhas corporativas;
- 7.249 km de participação em SPes.

37% do total de linhas de transmissão do Brasil**

Distribuição dos ativos corporativos



*UHE Serra da Santo Antônio Energia, UHE Manso e UHE Governador Jayme Canet Junior (antiga UHE Mauá).

**Comparado com os dados do Sistema Interligado Nacional (SIN) de novembro de 2023.

Contribuição com a Agenda 2030

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 objetivos que compõem a Agenda 2030, definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de engajar organizações de todo o mundo na superação dos principais desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Cobrindo uma série de temas, como erradicação da pobreza, combate à mudança do clima e preservação dos recursos naturais, os ODS conectam as estratégias empresariais à agenda global.

Definimos nove ODS prioritários, em que temos maior potencial de contribuição com o alcance das metas propostas pela ONU. Ao longo desta publicação, apresentamos ações que geraram impacto positivo a esses ODS em 2023 no âmbito de nosso relacionamento com comunidades.



Compromisso com os direitos humanos

Dada a natureza de nossas atividades de geração e transmissão, estamos sujeitos a riscos relacionados a violações de direitos humanos, nas fases de construção, operação ou descomissionamento de empreendimentos. Por isso, buscamos agir em conformidade com a regulamentação e as melhores práticas, inibindo ações que possam levar a violações, estabelecendo compromissos, políticas e ferramentas de mitigação de risco.

Orientações externas

- » Desde 2018, somos signatários da Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, proposta pelo Ministério dos Direitos Humanos.
- » Nos baseamos nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Orientações internas

- » Nosso Código de Conduta apresenta diretrizes para proteção dos direitos humanos, como tolerância zero, em nossas atividades ou na cadeia de valor, a práticas de trabalho que possam ser consideradas como trabalho degradante, forçado, escravo ou análogo, trabalho infantil, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico humano. **Saiba mais clicando [aqui](#).**

- » Nossa Política de Responsabilidade Social prevê que, no processo de engajamento e relacionamento com as partes interessadas, devemos dar atenção aos grupos vulneráveis direta ou indiretamente afetados pelas nossas atividades, com destaque para comunidades tradicionais, indígenas, crianças e adolescentes, população negra e mulheres.
- » Realizamos avaliações de impacto para identificar áreas de risco em relação aos direitos humanos.
- » Incluímos em nossa matriz de avaliação de risco a verificação de temas como Violação de Direitos Humanos por Fornecedores, Violação dos Direitos Humanos em SPEs e Diversidade, Equidade e Inclusão.
- » Realizamos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos, a fim de avaliar e mitigar riscos de impacto aos direitos humanos nas comunidades.
- » Repudiamos qualquer tipo de discriminação ou preconceito de origens social, cultural, étnica ou relativo à nacionalidade, identidade de gênero, cor/raça, idade, religião, opinião política, orientação sexual, condições física, psíquica e mental, ou qualquer característica.
- » No Guia de Conduta para Fornecedores consta a proibição expressa a violações dos direitos humanos. Nos contratos, incluímos cláusulas reforçando que a contratada deve garantir os direitos humanos fundamentais e os direitos do trabalhador.

Em julho de 2023, iniciamos de forma pioneira uma Avaliação de Impactos de Direitos Humanos (AIDH) no Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso - Eletrobras Chesf, que congrega nossas usinas mais antigas em operação.

A iniciativa é conduzida de forma independente por duas consultorias contratadas, e envolve a escuta de diversos públicos, entre profissionais, prestadores de serviços e lideranças locais.

Trata-se da primeira AIDH independente do setor elétrico brasileiro, um marco que reforça nosso papel de liderança na agenda de empresas e Direitos Humanos.

A previsão é replicar o estudo para mais operações da companhia a partir de 2024, incluindo SPEs.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 2

Gestão do impacto

Compromissos

Contamos com uma série de compromissos para o bom relacionamento e geração de valor junto às comunidades, formalizados em políticas corporativas aprovadas pela alta liderança e Conselho de Administração e divulgadas publicamente, de maneira a garantir sua observância.

Conheça a seguir as principais temáticas e compromissos relacionados à comunidade abordadas em cada política da empresas Eletrobras.

Código de Conduta



Respeito às particularidades

Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, **considerando suas especificidades, escutando suas manifestações e respeitando suas culturas.**

Nos trabalhos de campo, ser atenciosos e cautelosos quando em visita às comunidades, especialmente as que têm hábitos culturais específicos e são mais sensíveis à presença de estranhos; criar condições para que os interessados se expressem e exponham seus pontos de vista, ajudando-os a elaborar as perguntas sobre os projetos e seus impactos socioambientais, sem constranger os interlocutores. Se ocorrerem situações críticas, manter a calma, buscar o diálogo e, se necessário, comunicar aos responsáveis pela interação com as comunidades.



Identificando expectativas

Considerar todos os grupos sociais envolvidos, de forma a **identificar suas expectativas e necessidades**, visando compensar e minimizar os impactos ambientais, sociais e culturais negativos e potencializar os positivos.



Transparência

Divulgar de forma clara e objetiva informações sobre atividades e projetos ambientais para todos os públicos de relacionamento, em especial as populações atingidas.



Tratamento justo

Diante de qualquer fato ocorrido, dar tratamento justo, adequado e no tempo condizente com a gravidade da situação e tratar a população atingida com dignidade.

Política Ambiental

- » Conceber alternativas locais e arranjos de projetos do setor elétrico de forma a propor, sempre que possível, a diminuição do deslocamento físico e dos impactos socioeconômicos sobre a população;
- » Disponibilizar as informações sobre os projetos, seus impactos, medidas de compensação e reparação, critérios de avaliação, formas de indenização e direitos da população atingida aos envolvidos de forma permanente, transparente e acessível, por meio de canais adequados e de divulgação do projeto;

- » Reconhecer a especificidade dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988 e, nos tratados internacionais, quanto ao que for internalizado pelo Direito Brasileiro, notadamente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Política de Responsabilidade Social

- » Garantir o diálogo permanente com as comunidades, respeitando seus valores e interesses, com vistas à melhoria da qualidade de vida em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais
- » Valorizar o protagonismo das comunidades, estimulando o diálogo aberto e a construção participativa das decisões de investimentos sociais.

Política de Comunicação e Engajamento

- » Garantir formas de interação com as comunidades de relacionamento, respeitando seus espaços e valores.

Política de Segurança de Barragens

- » Evitar ou minimizar danos com perdas de vida e danos às propriedades e às comunidades.

Política de Sustentabilidade da Eletrobras

- » Estabelece as diretrizes que norteiam as nossas ações quanto à promoção da sustentabilidade empresarial, assegurando a perenidade dos negócios e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Identificação dos impactos

A construção e a operação de empreendimentos de geração de energia elétrica e de sistemas de transmissão têm o potencial de produzir impactos socioambientais positivos e negativos nas comunidades do entorno, causados por uma série de fatores, como deslocamento da população, aumento da oferta de empregos e restrição no uso da terra, entre outros.

Com atuação em todo o território brasileiro, entendemos que os impactos na população podem variar dependendo das características dos empreendimentos e das regiões onde são implantados.

Para identificar e qualificar os possíveis impactos nos locais ao longo de todo o ciclo de vida dos ativos, desde o planejamento de cada empreendimento, desenvolvemos Estudos de Impacto Ambiental.

Além de identificar os impactos, esses estudos também apresentam propostas de medidas de mitigação e de compensação, seguindo a legislação vigente.

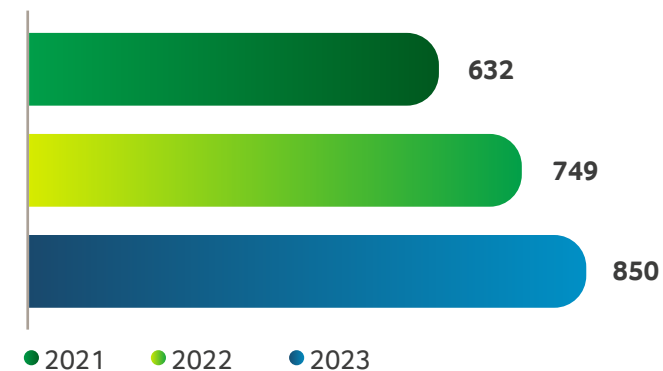
Essa atividade é uma das etapas do processo de licenciamento ambiental e segue as diretrizes da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Resolução CONAMA n.º 01/86), que dispõe sobre critérios básicos e enuncia as diretrizes gerais para a avaliação de impacto dos empreendimentos.

Por meio do diagnóstico socioambiental, realizado durante os Estudos de Impacto Ambiental, e o cadastro socioeconômico dos atingidos, identificamos a existência de grupos sociais em situação de vulnerabilidade no território e avaliamos os riscos e impactos dos projetos sobre esses grupos e sobre a estrutura física e institucional local.

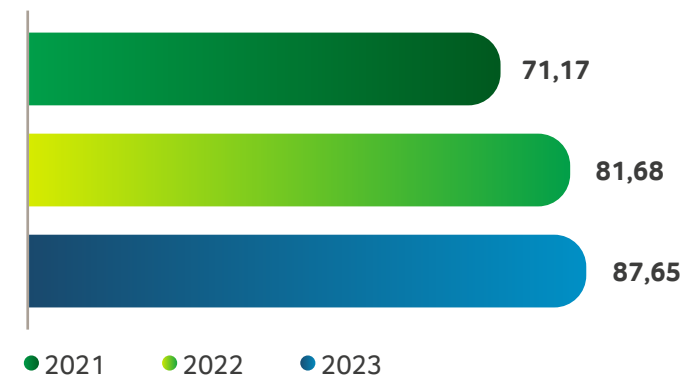
Durante a vida útil do empreendimento, buscamos manter atualizada a matriz de aspectos e impactos socioambientais, revisitando a classificação de impactos identificados na fase inicial dos estudos a partir da análise da efetividade das medidas socioambientais implantadas e avaliando eventuais novos impactos socioambientais.

INDICADORES DE ENGAJAMENTO DAS COMUNIDADES

Operações de ativos de geração e transmissão com engajamento, avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento voltados à comunidade local:



Percentual de operações com programas de engajamento (%):



Mitigação dos impactos

A partir dos diagnósticos socioambientais e dos Estudos de Impacto Ambiental desenvolvidos no início dos projetos, apresentamos propostas de medidas de mitigação dos riscos e de compensação dos impactos.

Para cada impacto negativo identificado, são propostas ações de mitigação e compensação, por meio do Plano Básico Ambiental (PBA).

As medidas propostas nos procedimentos de licenciamento ambiental expressam nosso compromisso de atuar de forma preventiva na busca de soluções de engenharia que causem o menor impacto sobre as pessoas e o meio ambiente.

Nossa atuação para mitigar e compensar os impactos é acompanhada pelos programas socioambientais. Entre as ações propostas, inclui a elaboração de Diagnósticos Socioambientais Participativos (DSAP) e a implantação de programas de comunicação, interação social e educação ambiental, promovendo fóruns comunitários e articulação com agentes públicos e privados.

O DSAP é um instrumento para descrever a realidade socioeconômica de uma comunidade, de acordo com as opiniões e percepções dos seus moradores. Seu objetivo é identificar os grupos prioritários das ações de mitigação e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam ou não relacionados aos impactos dos empreendimentos.

As ações de educação ambiental são apresentadas e debatidas em encontros com representantes da sociedade civil, organizações e governos municipais. Nesse contexto, realizamos consultas públicas com foco no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA).

Por meio dos programas de educação ambiental, realizamos ações educativas voltadas à qualificação e organização das comunidades para proposição, formulação e implementação dos projetos socioambientais de mitigação e compensação, bem como o monitoramento de sua efetividade.

Nossas ações incluem também iniciativas complementares de responsabilidade social, como os Editais de Projetos Socioambientais e Patrocínios Culturais e Esportivos.



Dentre as principais ações de mitigação e compensação realizadas em nossos empreendimentos, destacamos:



Articulação institucional

Relacionamento com o poder público, empresas e organizações da sociedade civil para promover ações que apoiem o desenvolvimento da comunidade local.



Acompanhamento social

Acompanhamento das comunidades com objetivo de captar demandas e identificar impactos locais, apoiando o desenvolvimento da estratégia de mitigação.



Comunicação e interação social

Implantação de Planos de Comunicação Social (PCSs) nos empreendimentos com a finalidade de estabelecer um diálogo com as comunidades e seus representantes.



Desenvolvimento de atividades produtivas

Iniciativas voltadas para o desenvolvimento das atividades produtivas nas comunidades do entorno das operações.



Requalificação urbana

Ações para promover a melhoria das cidades visando o desenvolvimento e o bem-estar da população.



Educação ambiental

Apoio à preservação dos recursos naturais através de ações educacionais que sensibilizem a população local quanto ao uso dos recursos naturais, com o objetivo de qualificar e organizar as comunidades atingidas para que elas participem da elaboração dos programas de compensação e mitigação e acompanhem sua execução.



Recuperação de áreas degradadas

Ações para recuperação ambiental em áreas degradadas durante a construção dos empreendimentos, como os Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs).



Recomposição das atividades produtivas

Apoio aos produtores que tiveram suas atividades agropecuárias impactadas e recomposição de atividades urbanas, dentre outras.



Recuperação da atividade de turismo e lazer

Apoio às iniciativas locais para recuperar atividades de turismo e lazer impactadas pelos empreendimentos.



Fortalecimento da administração pública

Parceria com a gestão pública com o objetivo de garantir que os serviços públicos sejam assegurados às comunidades locais.



Saúde pública

Iniciativas de saúde, segurança e moradia com o objetivo de facilitar o acesso à saúde pública nas comunidades afetadas pelas grandes obras, permitindo a proteção de direitos.



Qualificação de mão-de-obra

Treinamentos e outras ações com o objetivo de auxiliar a qualificação da população para a obtenção de novas oportunidades de emprego. O programa se aplica para que a população local possa ter acesso aos empregos gerados pela construção e na fase de operação.



Atendimento à população atingida

Acompanhamento, escuta e apoio às pessoas atingidas pelos empreendimentos. Os planos de atendimento à população atingida abrangem desde Programa de Negociação e Aquisição de Terras rurais e urbanas, passando por ações de Recomposição das Atividades Produtivas urbanas e rurais, Projeto de Atendimento Social da População Atingida, Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs, Programa Restituição/ Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer, Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

- Sumário
- Apresentação
- Gestão do impacto
- Deslocamento de populações
- Atendimento a emergências
- Engajamento das comunidades
- Comunidades indígenas e tradicionais
- Projetos socioambientais

Mapa de impactos

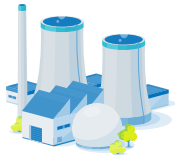
Apresentamos a seguir um mapa dos principais impactos potenciais identificados em nossos empreendimentos, que podem ou não ocorrer, e as ações de mitigação mais comuns para cada um deles.

Os impactos apontados independem da fase do projeto/ empreendimento e o mapa não se propõe a analisar a intensidade, a magnitude e a importância do impacto, já que esta análise depende do porte e das características do empreendimento e da região onde ele será/ está implantado.



Usinas hidrelétricas

Remanejamento compulsório de populações urbanas e rurais	CIS, APA, RAP, AS
Perda de atividades econômicas (agropecuária, extrativismo vegetal e mineral, atividades pesqueiras)	CIS, APA, RAP
Interrupção/perda de vias de circulação e comunicação	CIS



Usinas termelétricas

Interferência na qualidade do ar pela geração de particulados, poeiras, etc.	CIS, MQA, ERE
--	---------------



Usinas eólicas

Produção de sombras e/ou reflexos móveis (efeito estroboscópico)	EIAH
--	------

AÇÕES DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

- APA Atendimento à população atingida
- AS Acompanhamento social
- CIS Comunicação e interação social

- EIAH Evitar a implantação próximas de áreas habitadas
- ERE Equipamentos de redução das emissões
- MQA Monitoramento da qualidade do ar

- RAP Recomposição das atividades produtivas



Usinas solares

Produção de reflexos solares	EIAH
------------------------------	------



Linhas de transmissão

Circulação de equipe da manutenção nas faixas de servidão	CIS, EA, ACI
Ruídos ocasionados pela linha de transmissão	CIS
Aumento da vulnerabilidade do território	CIS, AAI



Usinas hidrelétricas e eólicas

Alteração nos modos de vida e nas relações socioculturais	CIS, EA, AS, APA
Aumento da especulação imobiliária	CIS, RU

AÇÕES DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

AAI Apoio às atividades junto aos indígenas (produtivas, de sensibilização ambiental e indigenista, de educação ambiental)

ACI Ações para comunidades indígenas

APA Atendimento à população atingida

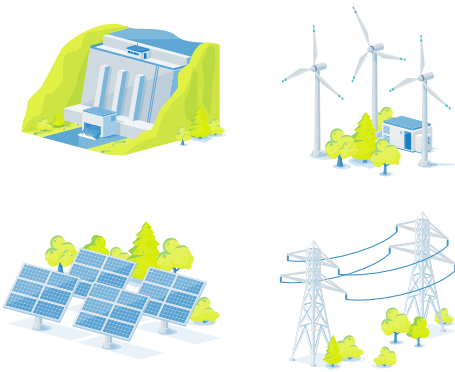
AS Acompanhamento social

CIS Comunicação e interação social

EA Educação ambiental

EIAH Evitar a implantação próximas de áreas habitadas

RU Requalificação urbana



Usinas hidrelétricas, eólicas e solares e sistemas de transmissão

Geração de expectativas na população e surgimento/incremento de tensões sociais	CIS
Restrição de usos da terra	CIS, EA, RAP, RAD
Aumento do fluxo migratório	CIS, EA, AI, RU, SP
Dinamização da economia	CIS, AI, QM, DAP
Aumento na arrecadação de tributos municipais	CIS, AI, DAP, FAP
Aumento da oferta de empregos durante as obras	CIS, AI, QM
Aumento do Conhecimento Técnico-Científico sobre a Região	CIS, EA
Interferência no potencial turístico (degradação da beleza cênica)	CIS, RAT
Interferência em sítios paisagísticos, paleontológicos, arqueológicos e espeleológicos	CIS, EA
Interferência em comunidades tradicionais, indígenas e/ou outros grupos étnicos	CIS, APA

AÇÕES DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

AI	Articulação institucional
APA	Atendimento à população atingida
APA	Atendimento à População Atingida, ações propostas no âmbito do Estudo do Componente Indígena e do Projeto Básico do Componente Indígena
CIS	Comunicação e interação social

DAP	Desenvolvimento de atividades produtivas
EA	Educação ambiental
FAP	Fortalecimento da administração pública
QM	Qualificação de mão de obra
RAD	Recuperação de áreas degradadas

RAP	Recomposição das atividades produtivas
RAT	Recuperação da atividade de turismo e lazer
RU	Requalificação urbana
SP	Saúde pública

Cases

Ações de diagnóstico e mitigação realizadas em 2023

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Onde?

Rio Grande do Sul (RS)

DSAP realizado na região de influência dos empreendimentos Sistema Interligado Subgrupo Erva Mate.

Quem?

- 12 assentamentos rurais.
- 2 bairros urbanos.
- 1 comunidade quilombola.

Resultados do diagnóstico

- Deficiências de infraestrutura.
- Dificuldades para acessar o atendimento de serviços públicos e de assistência técnica rural.

Ações de mitigação

Programa de Educação Ambiental com capacitação voltado para lideranças das comunidades rurais e a oficinas de hortas comunitárias nos bairros urbanos.

Onde?

Hulha Negra (RS) e Aceguá (RS)

DSAP realizado na área de influência dos empreendimentos que compõem a Interligação Elétrica Brasil-Uruguai.

Quem?

- Assentamentos rurais presentes nos municípios.

Resultados do diagnóstico

- Questões estruturais como necessidade de abastecimento de água, coleta de resíduos, regularização fundiária e melhorias nos acessos às comunidades.
- Questões relativas ao campo educacional, como a demanda por cursos de formação e capacitação para ingresso qualificado no mercado de trabalho.

Ações de mitigação

Programas de Educação Ambiental a serem implementados em 2024.

Onde?

Candiota (RS), Hulha Negra (RS) e Pedras Altas (RS)

Área de influência da Usina Candiota III fase C.

Ações de mitigação

Programas de Educação Ambiental (PEA), Comunicação Social (PCS) e de Saúde (PS), conjunto de programas denominado Ecopampa, iniciado em 2022.

Case

Programas de mitigação de impacto na UHE Jirau

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Remanejamento das Populações Atingidas

O programa foi estruturado em duas linhas de ação, atendendo à legislação em vigor e às boas práticas em matéria de reassentamento e compensação social.



Recuperação da Infraestrutura Atingida

O programa busca estabelecer as medidas necessárias para manter as condições de acesso e comunicação das populações nas áreas próximas à UHE Jirau e demais usuários da infraestrutura existente na área de influência do empreendimento.



Prospecção e Salvamento do Patrimônio Arqueológico

Voltado à realização de estudos e atividades relacionadas ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural da UHE Jirau, de forma a atender às diferentes etapas da prospecção e resgate e à produção de conhecimento científico sobre as áreas do estudo, contribuindo para um melhor conhecimento da pré-história e história nacional.

Visa também o desenvolvimento de trabalhos integrados com a comunidade no resgate e na valorização do patrimônio, contribuindo para o fortalecimento de seus aspectos identitários.



Saúde Pública

Programa que estabelece um conjunto de medidas visando minimizar e compensar as eventuais interferências sobre a saúde das pessoas decorrentes da implantação da usina de Jirau.

O município de Porto Velho (RO) localiza-se na região da Amazônia Legal onde há condições ecológicas favoráveis para a disseminação de doenças transmissíveis endêmicas. Para mitigar esses riscos, o processo de execução do programa conta com a participação dos gestores de saúde da esfera federal, estadual e municipal, assim como de instituições de pesquisa e empresas de consultoria ambiental.

O olhar dos especialistas sobre o tema

De acordo com Clara Serva, advogada com foco em direitos humanos e consultora da Tozzini Freire que participou da Avaliação do Impacto em Direitos Humanos (AIDH) do complexo Paulo Afonso, o tema da relação com comunidades é uma das dimensões mais relevantes da atuação de empresas do setor elétrico.

“O setor elétrico tem um papel muito importante na transição energética justa. Mas, ao investir nessa transição, as empresas acabam enfrentando outros desafios no que se refere aos impactos dos seus ativos nas comunidades”, diz.

Segundo a especialista, os impactos específicos em cada comunidade podem variar de acordo com o tipo e a fase dos empreendimentos, com os públicos atingidos e as características de cada região.

“O impacto de uma usina instalada há muitos anos é diferente do impacto de uma usina em construção”, afirma. “Além disso, uma eventual vulnerabilidade socioeconômica da população que habita a comunidade pode criar desafios específicos para essas empresas”, reitera.

Para Camilia Manfredini, advogada com atuação em ESG e consultora da Anthesis que também participou da AIDH, o tema é particularmente sensível quando se refere aos impactos das empresas em povos tradicionais e comunidades indígenas.

“Essas são populações protegidas por tratados internacionais e pela constituição brasileira”, diz. “No caso das empresas que operam hidrelétricas a gestão do tema é ainda mais importante, pois podem produzir impactos de grandes proporções, como alterações na qualidade da água e na vazão dos rios — bens muito relevantes para essas comunidades, tanto para sua subsistência, quanto como patrimônio cultural”.

No que diz respeito à mitigação dos impactos, Clara Serva destaca que é essencial que as empresas invistam para identificar, mapear, prevenir e reduzir os danos reais e potenciais nas comunidades. Nos

impactos que não podem ser prevenidos, é importante trabalhar na sua reparação.

A consultora ressalta ainda a relevância de manter uma comunicação eficaz e atenta, bem como um engajamento qualificado e significativo com as comunidades que vivem próximas às instalações.

Para Camila Manfredini, esse ainda é um desafio para as empresas do setor. “É necessária a presença de especialistas com experiência em engajamento, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais”, diz. “Eles precisam conhecer sua língua, sua etiqueta e cultura, para criar um espaço seguro onde as comunidades possam expressar as suas preocupações em relação às atividades da empresa”.

Uma ponto de atenção levantado pela advogada é o acesso das comunidades a mecanismos de queixas e denúncias da empresa. “É importante que as comunidades impactadas tenham acesso efetivo a esses mecanismos, para que possam comunicar qualquer tipo de impacto adverso aos direitos humanos”, diz. “A empresa precisa ter um canal efetivo com a comunidade”.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 3

Deslocamento de populações

Minimização do impacto

Para selecionar a localização de nossos empreendimentos, utilizamos os manuais do setor elétrico brasileiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo o Manual de Inventário de Bacias Hidrográficas, que ajuda a hierarquizar e escolher as melhores alternativas para a exploração do potencial hidrelétrico, levando em conta os aspectos socioeconômicos de sua construção.

Nossos Estudos de Impacto Ambiental, que seguem os Termos de Referência emitidos pelos órgãos licenciadores, identificam e caracterizam a população atingida por meio da aplicação de pesquisas qualitativas e de cadastros socioeconômicos e imobiliários.

Seguindo a legislação, a partir dos estudos de viabilidade, as reuniões com as comunidades locais são intensificadas e são realizadas audiências públicas, de forma a considerar suas vivências, expectativas e demandas na avaliação dos impactos e na proposição das ações ambientais de compensação e minimização dos impactos.

Nesse processo, estabelecemos um plano de interação e comunicação social com a população, promovendo um amplo processo de interação com os grupos sociais envolvidos, com base nos princípios do diálogo, da participação social e da transparência, e com o envolvimento

das diversas instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população.

A minimização dos impactos psicológicos e sociais da população diretamente atingida e dos demais munícipes se fundamenta na ampla divulgação dos procedimentos que serão adotados, uma vez que as comunidades são convidadas a participar de reuniões e audiências públicas realizadas pelo órgão ambiental licenciador e de reuniões públicas específicas promovidas pela companhia nos municípios atingidos. Em tais reuniões, são esclarecidas as dúvidas acerca dos procedimentos fundiários que serão adotados no empreendimento e a companhia recebe reclamações e/ou sugestões.

Nossas diretrizes para remanejamento das populações atingidas preconizam que as informações sobre os projetos, seus impactos, medidas de compensação e reparação, critérios de avaliação, formas de indenização e direitos da população devem ser disponibilizadas de forma permanente e transparente, em linguagem acessível e canais dedicados ao projeto.

As diretrizes também preveem que no processo de reparação sempre busquemos a negociação, oferecendo uma pluralidade de opções, como o reassentamento coletivo, a



A Política Ambiental das empresas Eletrobras estabelece que, ao desenvolver um novo projeto, devemos reduzir e mitigar os impactos sobre as comunidades locais, procurando diminuir o contingente de população a ser deslocado fisicamente e evitando o deslocamento compulsório.

autorrealocação e a indenização simples. A população atingida deve ser tratada com isonomia de critérios, observando-se as situações individuais. As relações informais existentes quanto à posse e ao uso da terra devem ser consideradas no processo.

As empresas Eletrobras devem garantir a indenização com valores justos, que permitam a recomposição dos modos de vida da população atingida num nível de qualidade igual ou superior ao que era usufruído antes da intervenção.

Caso não haja negociação, existem dispositivos legais que permitem que um juiz eleja um perito para avaliar o imóvel. Não havendo aceitação, a lei prevê que os valores sejam depositados em juízo.

A população pode contatar as empresas por meio de canais de relacionamento específicos de cada projeto ou por meio dos canais Fale-Conosco dos sites da empresas.

No ano de 2023, não houve nenhuma obra com deslocamento de pessoas nas empresas Eletrobras.

UHE Teles Pires: Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População

O Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Teles Pires, dentro do bloco de Programas Compensatórios.

O programa foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da usina, como mitigação e compensação pelos impactos decorrentes da perda de terras e deslocamento compulsório em função da construção da barragem, da formação de seu reservatório e da instituição de nova área de Área de Preservação Permanente.

Além do escopo originalmente proposto, o Programa também contempla a compensação por eventuais perdas econômicas em atividades, em decorrência da implantação ou operação da usina.

A partir da implementação do Programa, identificamos as pessoas afetadas e conseguimos alcançar a marca de zero deslocamentos involuntários durante a construção da usina, um destaque em relação a outras hidrelétricas.

A informação foi registrada no Relatório do Programa e protocolada junto ao órgão ambiental, que encerrou a execução do programa no âmbito de avaliação da população do entorno.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais



Case

Usina Hidrelétrica Belo Monte

Atualmente, a Eletrobras detém quase metade do capital da Norte Energia, consórcio responsável pela gestão do Complexo de Belo Monte. A Usina ocupa uma área de aproximadamente cinco milhões de hectares na bacia do Rio Xingu, no Pará.

A Licença de Operação (nº 1317/2015), emitida em 2015 pelo IBAMA estabeleceu, como condicionante, o reassentamento de famílias impactadas pela usina em ilhas e beiradões, a fim de recompor o modo de vida tradicional das pessoas que viviam às margens do rio Xingu e dele dependiam.

Até novembro de 2023, das 322 famílias ribeirinhas identificadas pela Companhia por meio de um amplo processo de reconhecimento social, 160 haviam sido reassentadas e quatro estavam em processo de reassentamento.

A Norte Energia também executa projetos complementares, seguindo diretrizes preconizadas pelo PBA-Geral, como atendimento psicossocial e fortalecimento da agricultura familiar.

O Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável da UHE Belo Monte analisa as alterações ocorridas na atividade comercial de peixes para consumo e aquarofilia para contribuir no fomento de ações de mitigação na região de inserção do empreendimento.

O projeto busca também a integração das demais ações ligadas à atividade pesqueira, de acordo com os objetivos estabelecidos no Plano Básico Ambiental (PBA), buscando entender e mitigar os impactos observados e previstos no Estudo de Impacto Ambiental da usina.

A iniciativa integra diversas variáveis relacionadas à cadeia da pesca na região do empreendimento, tais como:

- » pescadores e embarcações;
- » pesca comercial de consumo;
- » pesca comercial de ornamental;
- » monitoramento participativo da pesca de subsistência;
- » monitoramento do consumo proteico;

- » dinâmica de populações e avaliação de estoques e sustentabilidade;
- » pesca indígena (Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta da Grande do Xingu);
- » monitoramento e atendimento social;
- » ações de assistência técnica de pesca.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 4

Atendimento a emergências

Planos de ação de emergência

Seguindo a Política Nacional de Segurança de Barragem (Lei nº 12.334/2010), as usinas da Eletrobras possuem Planos de Ação de Emergência (PAEs), que reúnem as ações necessárias para proteger as populações, as propriedades e o meio ambiente situados a jusante das barragens em casos de emergência.

O PAE de cada usina contém a lista de contatos internos e externos que deverão ser acionados em caso de emergência e fornece informações relevantes às autoridades de proteção e defesa civil, para auxiliá-las na elaboração dos respectivos planos municipais de contingência e gestão da emergência externa. Os documentos são atualizados periodicamente, visando manter os contatos de emergência sempre atualizados.

Todos os nossos empreendimentos possuem Planos de Ação de Emergência (PAEs) devidamente elaborados. Esses documentos são disponibilizados para as prefeituras e defesas civis das áreas potencialmente impactadas e estão acessíveis em nossa plataforma online.

Em 2023, concluímos a implantação dos PAEs em todas as usinas da Eletrobras Eletronorte. Nas demais usinas, realizamos diversas atividades inerentes a implantação dos PAEs, incluindo: reuniões com lideranças comunitárias, cadastramento das populações potencialmente atingidas a jusante de nossos empreendimentos e implantação de sinalização sonora e de placas indicativas de rotas de fuga, além de simulados de evacuação externa em parceria com as comunidades.

Para saber mais, acesse nossa página de [Segurança de Barragens](#).

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Usina Tucuruí - Acervo Eletrobras



Case

Simulado de evacuação de emergência da Usina de Tucuruí

Em novembro, a Eletrobras Eletronorte promoveu nos municípios de Tucuruí (PA) e Breu Branco (PA) o 1º Simulado de Evacuação de Emergência da Usina hidrelétrica de Tucuruí, o **maior simulado do tipo já feito no país**:

📅 **7 dias de atividades**

👤 **mais de 100 profissionais**

📍 **participação de mais de 9 mil moradores**

A população precisou agir como se estivessem vivendo uma situação real de emergência, simulando sua resposta aos alertas sonoros instalados em pontos estratégicos da cidade e utilizando como guias as placas de Rota de Fuga e Pontos de Encontro instaladas. Para incentivar a participação de todos, utilizamos vários canais de comunicação locais.

Em parceria com a Defesa Civil, o Simulado integra a etapa final de implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) da Companhia para atender a lei federal da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Todos os órgãos externos envolvidos nas ações de emergências estaduais e municipais participaram de reuniões periódicas e *workshops* para a integração do Plano de Contingência Municipal (Plancon) com o PAE.

- Sumário
- Apresentação
- Gestão do impacto
- Deslocamento de populações
- Atendimento a emergências
- Engajamento das comunidades
- Comunidades indígenas e tradicionais
- Projetos socioambientais



Case

Ações de implantação do PAE realizadas em 2023

Em 2023 foram realizados os primeiros simulados externos no âmbito do Plano de Ação de Emergência (PAE) em todas as usinas da Eletrobras Eletronorte.

Os trabalhos foram realizados por etapas, iniciando com o levantamento cadastral da população residente na Zona de Autossalvamento (ZAS), seguindo para a etapa de realização de ações de sensibilização das comunidades potencialmente afetadas por meio de apresentações lúdicas nas escolas, formação de agentes multiplicadores da cultura de segurança de barragem, divulgação de informações relevantes porta-a-porta com a entrega de folders e divulgação de cards publicitários nos meios de comunicação local (rádio e TV).

O principal objetivo do simulado foi conscientizar e capacitar a população residente na ZAS em cada um dos municípios sobre os procedimentos preventivos que devem ser seguidos caso haja alguma emergência.

Em resumo, participaram dos simulados, em cada uma das usinas, as seguintes quantidades:

Empreendimento	Participação nos simulados
UHE Tucuruí	9.149
UHE Balbina	396
UHE Coaracy Nunes	146
UHE Samuel	224
UHE Curuá-Una	132

Case

Em 2023, foram realizadas pela Eletrobras CGT Eletrosul, diversas atividades envolvendo a implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) das suas usinas hidrelétricas.

Foram concluídos, por exemplo, no primeiro semestre do ano, o cadastramento da população à jusante da UHE Passo São João e da PCH Barra do Rio Chapéu.

Durante o segundo semestre, foram realizadas as formalizações dos cronogramas de implantação dos PAEs nas PCHs Barra do Rio Chapéu e João Borges, assim como das UHEs São Domingos e Passo São João.

Além disso, foram iniciados contatos com os órgãos municipais das regiões afetadas nos cenários do PAE, incluindo reuniões com a Defesa Civil, visando a preparação das comunidades para a implantação dos planos.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais



Case

Ao longo de 2023, a Eletrobras Furnas realizou a atividade de levantamento cadastral, no âmbito da implantação do Plano de Ação de Emergência de Segurança de Barragens (PAE), nas usinas de Furnas, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil e Simplicio-Anta, onde foram cadastrados 12.170 indivíduos e 18.879 propriedades no total.

Foram realizadas reuniões com lideranças comunitárias em cada um dos municípios localizados nas Zonas de Autossalvamento (ZAS) das 11 usinas hidrelétricas da empresa, para apresentar o andamento das ações relativas ao PAE. O público de cada cidade foi convidado a conhecer as estruturas das barragens e os instrumentos de inspeção. Também apoiamos o 1º Concurso de História em Quadrinhos nas escolas municipais de Piranhas (AL), que teve como tema “Segurança de Barragens com ênfase em Defesa Civil”.

As informações obtidas servem de insumo para o dimensionamento do sistema de comunicação e alerta. Durante a atividade de levantamento cadastral são realizadas atividades de comunicação e de sensibilização sobre o tema de Segurança de Barragens de nossas usinas com a população.

Além disso, no dia 25 de abril de 2023, na Igreja Católica de Sapucaia, foi realizada reunião com as lideranças e comunidades da ZAS com objetivo de divulgar as obrigações legais da Eletrobras, apresentar pontos específicos do PAE, em especial a delimitação da ZAS, e anunciar as atividades de cadastramento.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais



Reparação de alagamento em Capitólio (MG)

Em janeiro de 2023, chuvas acima da média no município de Capitólio (MG) levaram ao transbordamento do Rio Piumhi e de lagos adjacentes ao perímetro urbano, causando alagamentos em vias públicas e residências. Em articulação com o município, a Eletrobras Furnas disponibilizou uma ambulância para atendimento à população e mobilizou recursos para restabelecer o acesso de veículos na região.

Em agosto, firmamos um Termo de Compromisso e de Acordo Judicial com o Ministério Público de Minas Gerais, o Governo do Estado de Minas Gerais, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Município de Capitólio, visando definir ações para o controle de inundações no canal de refluxo do Rio Piumhi e a reparação dos danos. O acordo prevê um repasse de R\$ 3,3 milhões, distribuídos entre:

- » doações para as famílias e comerciantes atingidos pela inundação;
- » recursos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Capitólio e à Associação de Proteção Ambiental (ARPA-Passos) para aplicação em projetos de proteção ao meio ambiente;
- » auxílio ao município com as despesas relacionadas ao restabelecimento da infraestrutura urbana atingida pela inundação.

Além disso, desde janeiro de 2023, conduzimos obras e serviços necessários ao desassoreamento e manutenção do canal. O acordo também prevê a elaboração de um plano de operação, monitoramento e manutenção periódica do canal de refluxo do Rio Piumhi e o pagamento ao município para elaborar e executar um plano de contingência e comunicação para a ocorrência de inundações no canal.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 5

Engajamento das comunidades

Relacionamento e comunicação social

A [Política Ambiental das Empresas Eletrobras](#)

apresenta diretrizes específicas para o relacionamento com as comunidades do entorno, com foco na comunicação e educação. Temos, como diretriz, promover o diálogo ético e transparente, que apoie um engajamento e relacionamento qualificado junto às comunidades, reconhecendo sua cultura, formas de organização social e os representantes por elas indicados.

Para garantir a observância desses compromissos, implementamos Planos de Comunicação Social (PCSs) em nossos empreendimentos, monitorados por meio de indicadores de desempenho, com o intuito de criar iniciativas que facilitem a comunicação e interação com as comunidades da área potencialmente afetada. Nessa comunicação, procuramos fornecer dados sobre os estudos anteriores, nossos objetivos naquele local, as atividades em andamento e os resultados.

Além disso, coletamos dados sobre as expectativas das comunidades, o modo de vida e a forma de participação, por meio de reuniões que são realizadas durante os estudos socioambientais.

Há ainda a possibilidade de instalação de escritórios locais, que também servem de ponto de contato com os moradores, e da elaboração de campanhas de comunicação, de divulgações no *site* institucional e da produção de outros materiais informativos, em que são disponibilizados contatos diretos com a Companhia.

Em 2023, criamos uma área dedicada à condução e gestão do tema na Companhia, a área de Relacionamento com Comunidades.

Além disso, nossos públicos de relacionamento, incluindo as comunidades, são consultados para estabelecer os temas materiais que orientem nossa gestão de engajamento e ações de comunicação.

Bianualmente, realizamos também uma pesquisa de reputação, sendo que a última foi realizada em 2022. Estamos nos preparando para realizar a próxima, em 2024. Na aplicação da pesquisa junto ao público “comunidades” devem ser consideradas amostras representativas da população de comunidades vizinhas a 15 empreendimentos de geração e transmissão.

Canal de Denúncia

Disponibilizamos à toda a sociedade um [Canal de Denúncias](#) externo e independente, para a comunicação de violações aos nossos valores, compromissos, Código de Conduta, políticas e normas ou à legislação vigente.

O Canal pode ser acessado por qualquer pessoa, 24 horas por dia, sete dias por semana, com a garantia de anonimato e confidencialidade das denúncias, além da não retaliação ao denunciante.

Em 2023, foram recebidas 347 denúncias válidas, sendo 15 denúncias identificadas como sendo realizadas por comunidades (6,2%).

Estabelecemos penalidades para o não cumprimento dessas orientações e práticas de proteção aos direitos humanos, tanto na operação quanto na cadeia de fornecedores, monitorada constantemente. **Saiba mais clicando [aqui](#).**



Case

Estudo de inventário hidrelétrico do Rio Madeira

A Eletrobras holding, em conjunto com a Companhia Nacional de Electricidad (Ende) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), contratou o desenvolvimento dos estudos de inventário hidrelétrico do trecho binacional do rio Madeira, entre Brasil e Bolívia.

O trabalho foi desenvolvido de forma inovadora ao implementar um Plano de Comunicação Social (PCS) ainda nas primeiras etapas do processo para informar e engajar a população desde a fase inicial de planejamento. O PCS funcionou de março de 2018 até maio de 2020, quando foi adaptado por conta da pandemia de Covid-19.

Canais de comunicação previstos no plano

**Telefone****WhatsApp****Site****Urnas de
consulta**distribuídas em
pontos estratégicos
da área de estudo;**Reuniões de
esclarecimento**com as
comunidades;**Centro de
Informação,**visitas quinzenais
às comunidades e
interações com a
população.

Ainda no primeiro semestre de 2023, a retomada dos estudos foi autorizada e concluímos a Avaliação Ambiental Integrada, em que os principais públicos interessados foram convidados para seminários públicos e reuniões técnicas no Brasil e na Bolívia, nas quais apresentamos a alternativa de queda selecionada nos estudos de inventário. Saiba mais sobre a iniciativa em nosso [site](#).

Programa de Educação Ambiental na UHE Tucuruí

A Eletrobras Eletronorte desenvolve e executa o Programa de Educação Ambiental (PEA), que integra o conjunto de Programas Ambientais propostos no Plano de Gestão Ambiental da UHE Tucuruí.

O objetivo do Programa é promover a integração entre o desenvolvimento e a preservação, minimizando os impactos causados pelo empreendimento e trazendo melhorias das condições de vida das comunidades.

As ações seguem os princípios, diretrizes e características do processo de Educação Ambiental da Política Nacional de Educação Ambiental, expressa na Lei Federal nº 9.795/1999, e na Instrução Normativa nº 02/2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O programa teve início com um prazo de execução de 12 meses, com encerramento previsto para dezembro de 2019. Todos os resultados das ações foram apresentados aos profissionais da

Eletronorte, aos moradores, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e escolas dos municípios a montante e jusante da UHE Tucuruí.

Com os bons resultados e o sucesso do Programa perante às comunidades, a Eletronorte busca dar continuidade às ações do PEA.

Atividades e ações promovidas:



Visitas monitoras e trilhas interpretativas;



Oficina sobre a cadeia produtiva da agricultura familiar e/ou da pesca artesanal;



Oficinas e palestras de educação ambiental nas escolas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS);



Desenvolvimento de educação ambiental em projetos produtivos de cunho socioambiental;



Palestras e eventos sobre Política Ambiental para a força de trabalho da UHE;



Palestras informativas com sessões de cinema.



Para saber mais acesse [aqui](#) o site da Eletronorte.



Case

Centro Comunitário Vila Santa Tereza

O Centro Comunitário Vila de Santa Tereza foi inaugurado pela Eletrobras Furnas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Belford Roxo (RJ).

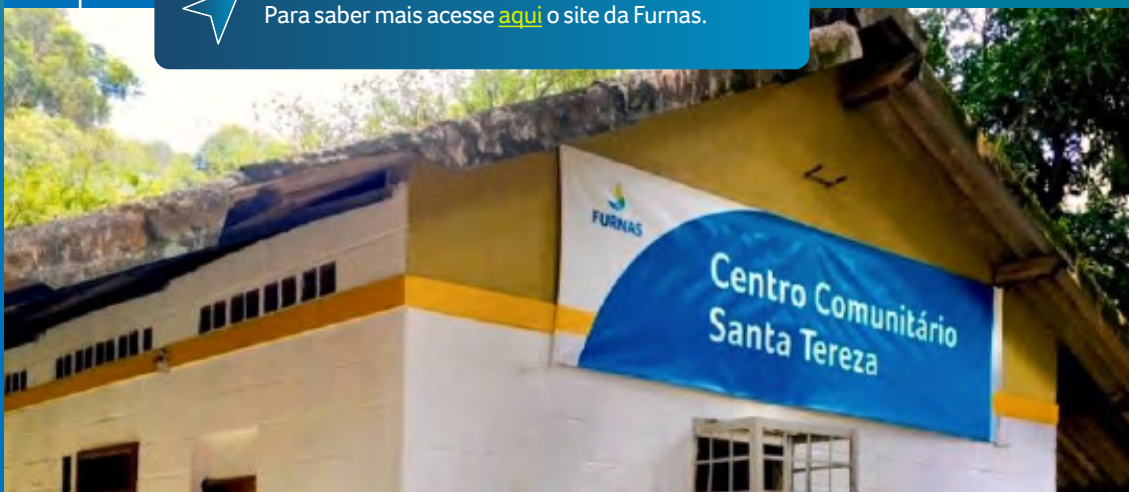
O projeto tem como objetivo potencializar os conhecimentos dos beneficiários e da comunidade, fornecendo ferramentas que geram soluções para os problemas da comunidade.

As atividades são desenvolvidas através de:

- » oficinas socioeducativas;
- » contação de histórias com as crianças e adolescentes;
- » oficinas de geração de renda e rodas de conversas para os adultos.



Para saber mais acesse [aqui](#) o site da Furnas.



Case

Núcleos de Integração Comunitária

A Eletrobras Furnas, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), busca contribuir para a emancipação das comunidades de baixa renda vizinhas às instalações da empresa em Ibiraci (MG), Itatiaia (RJ) Angra (RJ), Foz do Iguaçu (PR) e Mogi (SP), impulsionando o desenvolvimento de base comunitária.

A metodologia participativa dos Núcleos de Integração Comunitária instalados nos locais está baseada na reflexão conjunta da situação social local e na construção coletiva de instrumentos de transformação. As ações são criadas à medida que as comunidades se organizam, examinam seus próprios problemas, discutem suas prioridades e buscam soluções junto aos órgãos competentes e parceiros.

O trabalho dos Núcleos se desenvolvem nas seguintes etapas, dando voz aos atores sociais locais:

Elaboramos diagnósticos sociais que identificam as principais necessidades e potencialidades locais:

- 1 Consolidamos os fóruns comunitários
- 2 Elaboramos planos de ação
- 3 Realizamos os projetos de referência escolhidos pelas comunidades

Educação ambiental e controle de queimadas

A Eletrobras Chesf, juntamente com a Ecossis, desenvolveu o Programa de Educação Ambiental (PEA) e o Subprograma de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas no entorno da Linha de transmissão LT 230kV Jardim/Penedo, com uma extensão aproximada de 110 km, localizada nos estados de Sergipe e Alagoas.

O objetivo é desenvolver ações com o envolvimento da população local para incentivar a participação na implantação, monitoramento e avaliação de projetos socioambientais, atuando na transformação do seu espaço de vida, através de uma gestão ambiental sustentável.

A proposta metodológica de construção e implantação do PEA se deu por meio de processos participativos que buscaram garantir o envolvimento e a representatividade dos diversos grupos sociais, numa interação entre a Chesf e a população do entorno do empreendimento.

A metodologia proporcionou o reconhecimento da população como parte do contexto social da região, estimulando o sentimento de pertencimento e de responsabilidade de todos na construção e manutenção de um ambiente socialmente sustentável, através de ações de sensibilização e mobilização dos grupos sociais.



Para saber mais acesse [aqui](#) o site da Chesf.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

CAPÍTULO 6

Comunidades indígenas e tradicionais

Atuação indigenista

A maior do país

Desenvolvemos ações de engajamento com comunidades indígenas e tradicionais nas áreas de influência de nossos empreendimentos. Essas iniciativas devem levar em consideração **questões étnicas e linguísticas**, buscando estabelecer um **diálogo permanente com os envolvidos**, com o objetivo de traçar relações de confiança mútua, mitigar e remediar impactos.

Temos relacionamento com

45 terras indígenas

Investimos em projetos e ações voluntárias com foco no desenvolvimento de comunidades tradicionais e povos indígenas.

R\$ 14 milhões em 2023

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

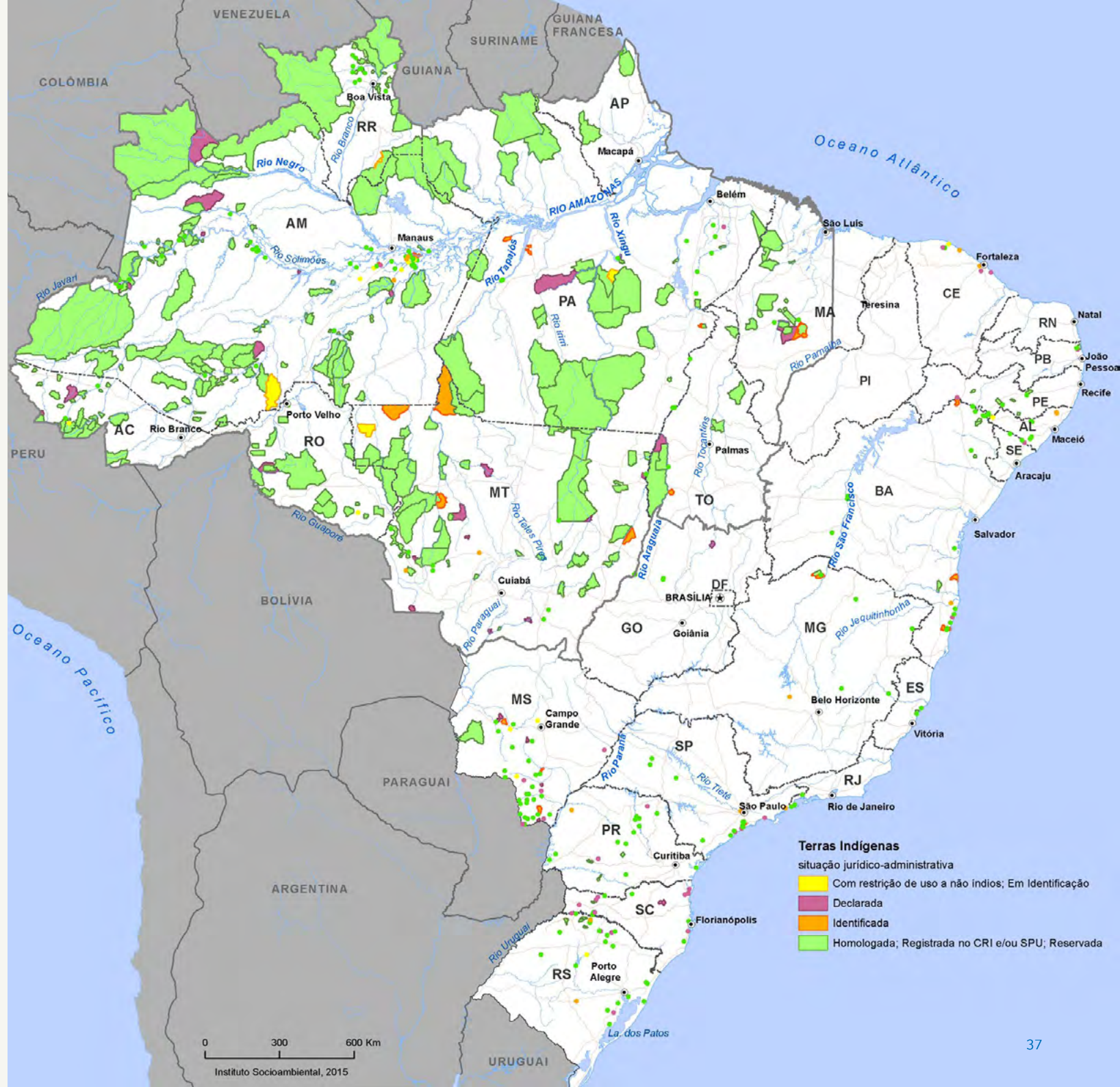
Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Compromissos e ferramentas de gestão

Durante a elaboração dos estudos ambientais de cada um dos empreendimentos, identificamos os possíveis impactos em comunidades tradicionais – como as quilombolas e indígenas.

Nesses casos, são realizados estudos específicos, que precisam ser avaliados e aprovados por órgãos do governo federal (FUNAI e INCRA) habilitados a definir e monitorar programas socioambientais que possam contribuir para a preservação da identidade cultural e os modos de vida desse público, levando em consideração questões étnicas e linguísticas, e buscando estabelecer relações de confiança mútua.)

A [Política Ambiental das Empresas Eletrobras](#) adota como referência a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito de comunidades indígenas e tradicionais à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em casos de medidas que possam impactá-las.

Como parte de nossa estratégia de atuação, trabalhamos principalmente por meio de Planos Básicos Ambientais - Componente Indígena (PBAI-CI), elaborados e geridos por uma equipe de

profissionais, com a participação das comunidades indígenas. Assim, identificamos os problemas e tomamos medidas para mitigá-los ou compensá-los. Estamos trabalhando também na construção de um procedimento interno para a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

Conheça ao longo deste capítulo os principais cases de ações socioambientais realizadas junto às comunidades tradicionais e indígenas.

Em nosso [site](#), também apresentamos informações detalhadas sobre todas as ações junto a esse público.



Case

Santo Antônio Energia

Em 2023, passamos a controlar a SPE Madeira Energia (MESA). A empresa é a única acionista de Santo Antônio Energia S/A (SAESA), que opera a hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no Rio Madeira — a quarta maior geradora de energia hídrica do país.

Em dez anos de operação, a Santo Antônio Energia já investiu mais de R\$ 2,5 bilhões em sustentabilidade, apoiando o desenvolvimento de 28 programas socioambientais, com o objetivo de mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Além disso, foram pagos R\$ 762,6 milhões em *royalties* desde o início de sua operação até o final de 2022, distribuídos entre o estado de Rondônia (25%), o município de Porto Velho (RO) (65%) e a União (10%).

Em sua operação, a SAESA atende às ações estabelecidas no seu Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), apoiando e desenvolvendo iniciativas voltadas à proteção territorial, produção, sustentabilidade, fortalecimento étnico e valorização cultural.

As ações são auditadas externamente por consultores Independentes para verificação do atendimento aos Princípios do Equador e aos Padrões de Sustentabilidade da International Finance Corporation (IFC).

Atualmente, a Santo Antônio Energia aguarda manifestação da Funai sobre a continuidade do PBA- CI, para contratação de serviços relacionados aos povos isolados e definição das ações.

Em reunião realizada em dezembro de 2023, foi definido que a Funai irá encaminhar para a SAE o Plano de Trabalho referente aos povos indígenas isolados para contratação de empresa especializada neste escopo.

Em 2024, a Funai visitou as comunidades indígenas para explicar os encaminhamentos para atualização dos programas.

A UHE Santo Antônio se relaciona e promove o desenvolvimento junto a 4 etnias e a povos indígenas isolados:

» **Karitiana**

» **Karipuna**

» **Cassupá**

» **Salamã**

Case

UHE Serra da Mesa

Desde 1994, a Eletrobras Furnas executa ações de monitoramento e proteção territorial na Terra Indígena (TI) Avá-Canoeiro, nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, em Goiás.

Essas ações fazem parte das compensações ambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa em parte da TI.

Entre os benefícios esperados estão a garantia da proteção territorial e ambiental da TI e o usufruto exclusivo de seus recursos naturais, impedindo o ingresso de pessoas desautorizadas.

Em 2023, o monitoramento e as rondas diárias trouxeram benefícios como:



Redução no número de não indígenas que intencionam entrar na TI;



Inibição de novas invasões e ocupações ilegais, bem como da retirada de recursos naturais;



Aumento dos avistamentos de espécies da fauna local circulando nas áreas próximas às margens dos córregos que banham a TI, como onças, tamanduás, lobos-guarás, pacas, cotias, veados, tatus, jabutis, seriemas, capivaras e outros;



Ações planejadas de “fogo controlado” executadas por agentes do PREV-Fogo/Ibama em locais onde foram detectados focos de incêndio, o que evitou a expansão do fogo e protegeu a biodiversidade local.

Em 2023, apoiamos ainda o processo para internação do cacique Trumak, líder indígena de grande relevância para a comunidade, apoiando a conexão da aldeia à rede elétrica.

A linha UHE Serra da Mesa, da Eletrobras Furnas, ocupa parte dos 38 mil hectares da Terra Indígena Avá-Canoeiro, nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, em Goiás.

Case

Linha de transmissão Ivaiporã/Itaberá

O projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos à Terra Indígena de Queimadas, localizada no município de Ortigueira (PR) e cortada pela linha de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, da Eletrobras Furnas.

Por meio dele, apoiamos ações antecipatórias durante o licenciamento e a elaboração do diagnóstico e do plano para mitigar e compensar os impactos causados pela instalação das linhas de transmissão na região.

Entre 2022 e 2023, o projeto promoveu a construção de uma cozinha comunitária, de um espaço multiúso e de um centro poliesportivo com vestiário, arquibancada e área de convivência no território da população indígena Kaingang.

A comunidade foi envolvida em um processo participativo para a escolha das ações a serem implementadas, por meio de um acordo estabelecido entre Eletrobras, Ministério Público e Funai.

A implementação dos espaços de socialização comunitária contribui para o fortalecimento da identidade étnico-cultural dos Kaingang, beneficiando 785 moradores da comunidade.

Além disso, realizamos a doação de cestas básicas e materiais de higiene pessoal, auxiliando na promoção da segurança alimentar e saúde da população.

Em 2023, iniciamos as tratativas para a realização de mais um projeto na comunidade, que pretende utilizar as infraestruturas entregues para iniciativas de resgate cultural, qualificação profissional e segurança alimentar.

A linha de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, da Eletrobras Furnas, passa pela Terra Indígena Queimadas, da etnia Kaingang, no município de Ortigueira (PR).



Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

Case

UHE Jirau

A Usina Hidrelétrica de Jirau, localizada no rio Madeira, em Rondônia, é uma das maiores hidrelétricas do Brasil. Com uma capacidade instalada de 3.750 MW, a usina é um empreendimento estratégico para o sistema energético nacional, contribuindo significativamente para a geração de energia renovável e sustentável.

A Funai aprovou em dezembro de 2023 o Plano de Trabalho para o Componente Indígena do PBA (PBA-CI) da UHE Jirau, que tem o objetivo de levar benefícios socioambientais, culturais e econômicos para as populações das quatro Terras Indígenas (TIs) impactadas, apoiando o uso racional dos recursos naturais relacionados aos costumes de dieta alimentar, ciclos rituais e à saúde indígena.

As ações têm sido implantadas e bem recebidas pelos povos indígenas, que responderam aos convites e participaram das ações de forma engajada. Os resultados podem ser monitorados por meio dos relatórios anuais enviados aos órgãos licenciadores.

Para 2024, os protocolos desses relatórios estão em revisão interna para melhor acompanhamento do PBA-CI.

A UHE Jirau já investiu R\$ 36 milhões ao longo da execução do programa realizado junto a esses povos, com:



Ações orientativas;



Construção de infraestrutura adequada de Postos de Vigilância;



Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI);



Escolas Indígenas;



Doações de equipamentos e veículos.

A Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau está localizada a mais de 100 quilômetros de distância das:

Terras Indígena (TIs)

Igarapé Lage e Igarapé Ribeirão, território do povo Oro Wari

TI Kaxarari,

território do povo Kaxarari

TI Uru Eu Wau Wau,

território dos povos Jupau, Amondawa, Oro Win

Povos indígenas

isolados



Case

Usina Hidrelétrica Belo Monte

A Eletrobras Eletronorte e a Eletrobras CHESF detêm quase metade do capital da Norte Energia, consórcio responsável pela gestão do Complexo de Belo Monte. **A Usina ocupa uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares na bacia do Rio Xingu, no Pará, tendo relacionamento com nove etnias, 11 terras e uma área indígena. Ao todo, 4.800 indígenas são impactados pelas ações.**

As consultas e discussões com os povos do Xingu para implantação do projeto da UHE Belo Monte, ocorreram ao longo de mais de 40 anos. Na primeira década dos anos 2000, o projeto foi revisado a fim de que nenhuma terra indígena fosse inundada, sendo autorizada sua implantação.

A execução das obrigações de licenciamento conta com o acompanhamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à qual enviamos, semestralmente, relatórios sobre as ações. Por meio de auditoria de monitoramento socioambiental independente, a cada trimestre são divulgados relatórios ao BNDES, à Caixa Econômica Federal e ao BTG Pactual que também tratam do cumprimento das obrigações, sob a ótica do atendimento aos Princípios do Equador.

Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais

O Plano Básico Ambiental do Componente Indígena contém 27 pacotes de trabalho com compromissos voltados aos povos indígenas do Médio Xingu, em temas como subsistência indígena, conservação e proteção territorial, educação e saúde, apoio à produção artística e cultural, infraestrutura nas aldeias e comunicação.

Entre os principais mecanismos de escuta, esclarecimento e prestação de contas criados no processo de licenciamento ambiental para interação entre o empreendedor e os povos indígenas estão as reuniões do Comitê Gestor Indígena, que ocorrem em Altamira (PA), e as reuniões dos 10 subcomitês, que ocorrem nas terras indígenas.

Além disso, foi instalada uma rede de radiofonia que conta atualmente com mais de 115 rádios nas terras indígenas e Altamira (PA), e instalação de 78 antenas satelitais para disponibilização de internet, que ampliaram os canais de comunicação.

Em 2023, A UHE Belo Monte realizou estudos ambientais e iniciativas sociais por meio de:



realização de mais de 250 reuniões com as comunidades locais;



4 audiências públicas com 8 mil participantes;



maquetes, cartazes, folders e cartilhas para esclarecer a população local sobre a implantação do empreendimento, além de transmissões por rádio semanais;



reuniões nas aldeias, para apresentação do projeto da UHE Belo Monte junto às lideranças indígenas.

A Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte ocupa uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares na bacia do Rio Xingu, no Pará, tendo relacionamento com nove etnias, 11 terras e uma área indígena. Ao todo, 4.800 indígenas são impactados pelas ações.

Usina Hidrelétrica Belo Monte – Programa Kayapó Mekrãgnoti

Em consequência do compromisso assumido no licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte da Eletrobras Eletronorte, desde 2012, apoiamos projetos de responsabilidade socioambiental junto a comunidades indígenas Kayapó das terras indígenas Badjônkore, Baú, Kayapó, Las Casas e Mekrãgnoti, situadas na bacia do médio rio Xingu, sul do Pará.

Em 2023, demos continuidade à nossa participação no projeto com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, no sul do Pará, contemplando cerca de 1.500 indígenas e dez aldeias.

Esse projeto é realizado em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e o Instituto Kabu, que representa os chamados Kayapó do Oeste, a instituição representativa dos Kayapó.

Entre os resultados da ação estão o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras, a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas, o fomento a atividades econômicas sustentáveis e a valorização cultural da etnia Kayapó.

Os projetos são financiados pela Norte Energia, com um investimento total de R\$ 11 milhões entre 2018 e 2023. Cabe à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da companhia.

Ainda em 2023, a Associação Floresta Protegida (AFP) foi contratada pela Eletrobras para liderar um processo participativo de renovação do terceiro ciclo de projetos voltados para as comunidades Kayapó do Leste.

Esse novo ciclo sucede à conclusão do segundo, ocorrido em 2019. O objetivo é engajar ativamente as 39 aldeias associadas e beneficiadas pelo trabalho da associação, colaborando em múltiplos estágios para a concepção detalhada de um novo plano. O projeto abrangerá a definição de ações específicas, um cronograma minucioso, indicadores de progresso, metas tangíveis e alocação orçamentária, sendo executado ao longo de um período total de cinco anos.

Usina Hidrelétrica Balbina- Programa Waimiri Atroari

O Programa Waimiri Atroari foi criado em 1987 pela Eletrobras Eletronorte com o objetivo de gerar valor e mitigar os impactos do reservatório da UHE Balbina nas terras do povo Waimiri Atroari, que habita o norte do Amazonas e sul de Roraima.

Em seu início, o Programa encontrou os Waimiri Atroari enfrentando sérias dificuldades, com um processo de redução significativo da população: eram aproximadamente 1.500 em 1974 e em 1987 estavam reduzidos a 374 pessoas.

Como parte das ações de minimização dos danos causados pelo reservatório, indenizamos os Waimiri Atroari pelos valores correspondentes às suas roças, que estavam na área de influência direta, independentemente de terem sido inundadas ou não.

Os Waimiri Atroari também foram indenizados para formação de novas roças, construção de novas aldeias e pelo desmatamento necessário à construção de um dique de proteção do reservatório, dentro da área indígena. Além disso, também custeamos o

apoio necessário à alteração das aldeias Tapupunã e Taquari e à construção de novos Postos Indígenas, em substituição aos atingidos pelo reservatório (Pin Taquari e Pin Abonari).

O programa é composto por uma equipe multidisciplinar formada por técnicos da Funai, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, do Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM), da Universidade do Amazonas e da Eletrobras. Suas ações estão divididas em oito subprogramas:

Subprograma
de EducaçãoSubprograma de
Apoio a ProduçãoSubprograma de
Proteção AmbientalSubprograma
de SaúdeSubprograma
de VigilânciaSubprograma de
Administração

Subprograma de Documentação e Memória

Subprograma de Apoio Operacional

Em 2023, foram investidos R\$ 9,9 milhões no Programa Waimiri.

Ao longo do ano, a Eletrobras Eletronorte em parceria com a Cepel e a Enertech, desenvolvedora e investidora em energia limpa, iniciaram a implantação de um contêiner modular, que incorpora painéis solares para geração de energia e armazenamento por baterias na comunidade Waimiri Atroari.

O acesso à energia na comunidade apoiará a melhoria na qualidade de vida, a ampliação de atividades produtivas, culturais e educacionais, além de demonstrar novos caminhos para a expansão da energia renovável no país.

A construção da UHE Balbina impactou na relocação de duas aldeias da área do reservatório para outra parte da terra indígena, com reflexo nas áreas de uso de outras aldeias existentes, devido à inundação de 30.000 ha da Terra Indígena Waimiri Atroari.

Linhas de Transmissão Manaus-Boa Vista

Por meio da participação de 49% da Eletronorte na SPE Transnorte Energia (TNE), atuamos na construção da Linha Transmissão Manaus – Boa Vista, que irá conectar Roraima, único estado brasileiro que ainda não integra o Sistema Interligado Nacional (SIN), dando uma fonte segura de fornecimento de energia elétrica de qualidade para o estado e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis.

Elaboramos um Plano Básico Ambiental, aprovado pelo Ibama, que prevê programas ambientais para potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos na Terra Indígena Waimiri Atroari.

Os programas ambientais e procedimentos operacionais e construtivos foram debatidos com a comunidade indígena e aprovados pela Funai e Ibama, visando assegurar que o impacto seja o menor possível na vida, na rotina e na terra dos Waimiri Atroari.

Dentre as ações para redução de impacto, destacamos:



As torres construídas no trecho serão alteadas (cerca de 100 metros de altura) e autoportantes, de forma que os cabos condutores permaneçam acima da copa das árvores, minimizando a supressão vegetal;



O lançamento dos cabos será feito com o uso de drones, sempre que possível;



Não haverá canteiros ou alojamentos no interior da área e as torres serão pré-montadas e transportadas para dentro na instalação;



As refeições dos trabalhadores serão preparadas fora da área indígena e nenhum lixo será depositado ali;



Haverá limitação de horário de trabalho e treinamentos em meio ambiente e regras de conduta na TI para todos os trabalhadores;



Os locais para a instalação das torres de transmissão foram definidos em conjunto com as lideranças indígenas, em um trabalho participativo;



A faixa de servidão da linha de transmissão dentro da TI (70 m de largura nos 122 km de traçado) corresponde a somente 0,033% de sua área total;



Não haverá supressão vegetal ou abertura de faixas e nem impedimento da realização das atividades regulares de agricultura, caça e pesca;



Serão implantadas placas bilíngues, em português e kinja iara (língua Waimiri Atroari) nas áreas de obras dentro da TI;



O Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA-CI) já está em andamento, com programas socioambientais e de mitigação de impactos e compensação ao povo Waimiri Atroari.

Nossas equipes socioambientais têm acompanhado e apoiado a realização do Plano, inclusive com ações de *due diligence* de Direitos Humanos.

A Linha de Transmissão é composta por um circuito duplo, três subestações e cerca de 1.400 torres ao longo de 721 km, sendo 122 km dentro da Terra Indígena Waimiri Atroari, paralela à BR-174.

Usina Hidrelétrica Tucuruí

Programa Assurini

O Programa Assurini foi criado para direcionar o investimento de R\$ 10 milhões à compensação de impactos da implantação da UHE Tucuruí, pela Eletrobras Eletronorte, ao longo de cinco anos, à comunidade indígena Assurini do Tocantins na Terra Indígena Trocará, nos municípios de Baião e Tucuruí, no Pará.

O Programa consiste na implantação de projetos nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, cultura e lazer, apoio à organização social e fortalecimento institucional, ocupação territorial, vigilância e monitoramento, geração de renda e segurança alimentar. Em 2023, foram investidos R\$ 225,8 mil.

Um dos destaques foi o Programa de Saneamento Básico, com a implantação de um sistema de abastecimento de água, com uso de energia fotovoltaica, de esgotamento sanitário e do manejo de resíduos sólidos, visando à melhoria da saúde da população e diminuição do impacto ambiental.

Programa Parakanã

Desenvolvemos o Programa como compensação aos impactos ambientais e sociais à comunidade Awaete Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, localizada na área de influência do reservatório da UHE Tucuruí, na bacia do rio Tocantins.

A terra indígena possui 19 aldeias em 351 mil hectares. Em 2023, foram investidos no programa Parakanã R\$ 10,6 milhões.



A Hidrelétrica de Tucuruí é localizada a cerca de 30 quilômetros rio acima da Terra Indígena Trocará e 40 quilômetros rio abaixo da Terra Indígena Parakanã:

TI Trocará

732 habitantes da etnia Assurini do Tocantins, divididos em quatro aldeias, com 21.722 hectares.

TI Parakanã

habitada por cerca de 1.200 indígenas da etnia Parakanã, em 19 aldeias, com área de aproximadamente 351.000 hectares

Histórias do povo da floresta:

Cacique Luana Kaingang

A cacique Luana pertence à população indígena Kaingang, localizada na Terra Indígena Queimadas, no Paraná, que conta com projetos socioambientais da Eletrobras Furnas visando mitigar e compensar os impactos causados pelas linhas de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, instalada na década de 1980 na região.

Luana foi nomeada cacique em 2023, papel que era tradicionalmente ocupado apenas por homens, se tornando a primeira líder mulher da aldeia.

De acordo com a cacique, a Eletrobras teve participação nesse processo, por meio do Programa de Fortalecimento da Lideranças Indígenas, que

tem como objetivo formar e capacitar lideranças da sociedade civil e qualificar a sua atuação para defender os direitos sociais, ambientais e territoriais dos povos e comunidades tradicionais.

A cacique conta que escuta que as Linhas de Transmissão chegaram na comunidade ainda na época de seus avós e tiveram um impacto nas áreas de roçado.

“O alimento vinha em grande parte desse terreno, onde estão instaladas as linhas de transmissão. Além disso, em tempos passados, havia uma preocupação com a segurança das crianças que circulavam ali” diz.

Hoje, como cacique da aldeia, Luana acompanha os projetos de compensação e mitigação, que se mostram importantes para o desenvolvimento da comunidade. De acordo com Luana, uma das principais contribuições da Eletrobras é apoiar a valorização da cultura indígena, por meio da execução de programas de capacitação.

Segundo a cacique, incentivar a presença feminina tem se mostrado crucial e os treinamentos têm ajudado a fortalecer os espaços de fala e valorização das mulheres. “Antes, só os homens participavam. Agora somos mais reconhecidas”, diz. “Eu não era de falar muito, não sabia dialogar muito bem. Agora estou muito mais participativa, capaz de articular e liderar meu povo”, diz.

Linha de Transmissão Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra (C1 e C2)

Como ação de compensação antecipatória pela Linha de Transmissão, da Eletrobras Eletronorte, implantada nos anos 1970 e em processo de regularização do licenciamento, desenvolvemos Programas de Valorização da Cultura Krikati, Gestão Ambiental e Territorial, Garantia de Segurança Alimentar e Geração de Renda e de Apoio ao Fortalecimento das Organizações Indígenas Krikati.

Atualmente, estamos elaborando o Plano Básico Ambiental - Componente Indígena na comunidade Krikati, que prevê um programa com duração de dez anos para a mitigação dos impactos causados pela implantação e operação da Linhas de Transmissão.

Nesse contexto, aportamos R\$ 1,7 milhão e desenvolvemos um Plano de Trabalho para estabelecer metas e atividades dos Programas.

Como compensação pela construção da Linha de Transmissão, também temos ações em processo de negociação com os indígenas previstas na TI Cana Brava e adjacentes (TI Rodeador, TI Lagoa Cumprida e TI Urucu-Juruá), habitadas pelos indígenas Guajajara, no Maranhão, e na TI Mãe Maria, habitadas pelos indígenas Gavião, no Pará.

A Linha de Transmissão Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra (C1 e C2) passa por diversas terras indígenas, envolvidas no Plano Básico Ambiental - Componente Indígena:

Terra Indígena Krikati

nos municípios de Montes Altos e Sítio Novo, no Maranhão, com 145 mil hectares e 1.300 indígenas.

Terra Indígena Cana Brava

localizada nos municípios de Barra do Corda, Grajaú e Jenipapo dos Vieiras, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 518.000 hectares e é habitada por cerca de 10.824 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Rodeador

localizada no município de Barra do Corda, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 2.319 hectares e é habitada por 587 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Lagoa Cumprida

localizada no município de Itaipava do Grajaú, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 12.697 hectares e é habitada por 1.046 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Urucu-Juruá

localizada no município de Itaipava do Grajaú, no estado do Maranhão, possui uma área de aproximadamente 12.697 hectares e é habitada por 1.046 indígenas da etnia Guajajara.

Terra Indígena Mãe Maria

localizada no estado do Pará, é habitada pelos indígenas Gavião.

Usina Hidrelétrica Teles Pires

Em 2023, a Eletrobras Eletronorte passou a consolidar 100% da operação da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Construída no rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, a usina conduz 18 programas socioambientais junto aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, dentre os quais destacamos:

Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros

Busca identificar produtos comerciais não madeireiros dentro das Terras Indígenas, projetos pilotos para extração e comercialização, confecção e comercialização de peças de artesanato indígena, visando a geração de renda mais sustentável para as comunidades.

Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas

Capacita as associações Kayabi, Munduruku e Apiaká por meio de cursos e troca de experiências com associações bem-sucedidas, fortalecendo a aliança política entre etnias e potencializando redes entre as associações.

Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento

Mapeia os recursos naturais das áreas utilizadas pelos povos indígenas, com uso de imagens de satélite, e promove de modo participativo o etnozoneamento das áreas abrangidas, definindo os limites e usos prioritários, de acordo com os projetos de futuro das comunidades.

Programa de Educação Ambiental Indígena

Adota metodologias que ampliem a participação indígena nos processos de produção e difusão do conhecimento, apoiando a realização de cursos e oficinas.

Preservação dos rituais religiosos Munduruku

Um dos marcos do ano foi a celebração de um acordo entre a UHE, a Defensoria Pública da União e os representantes Munduruku, possibilitando a realização de cerimônias sagradas nas proximidades da usina, em um local onde vasilhames cerâmicos foram sepultados. Um acordo de cooperação está em fase de elaboração, visando organizar visitas regulares, duas vezes por ano.

A parceria reflete um esforço conjunto para promover o respeito à cultura e tradições do povo Munduruku, reconhecendo a importância de seus rituais sagrados e a necessidade de preservar seus sítios de significado cultural, e promovendo uma coexistência harmoniosa.



A Hidrelétrica Teles Pires

A Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no rio Teles Pires, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, tem adjacência com as terras indígenas:

Kayabi

área de aproximadamente 1,1 milhão de hectares, habitada pelos indígenas da etnia Kayabi.

Munduruku

área de 2,4 milhões de hectares, habitada por aproximadamente 14.000 indígenas da etnia Munduruku.

Apiaká

localizadas na região do rio Teles Pires e habitadas pelos povos Apiaká.

Case

Sistema Interligado de Subgrupo Erva Mate

Em 2023, como parte das condicionantes do licenciamento ambiental dos empreendimentos que compõem o Sistema Interligado de Subgrupo Erva Mate, promovemos uma oficina para realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP) no território quilombola Invernada Paiol da Telha, localizado no Município de Reserva do Iguaçu (PR).

A realização do diagnóstico constitui a fase inicial dos trabalhos que envolvem execução dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social dos empreendimentos a serem implantados no próximo ano no local.

UTE Candiota III – Fase C

No Município de Candiota (RS), na área de influência da UTE, foi realizado DSAP no Assentamento quilombola Companheiro João Antônio, que pontou a necessidade de elaborar um projeto voltado a fortalecer a organização social da comunidade.

O projeto está sendo implantado através da realização de oficinas e diálogos comunitários e, em 2023 realizamos uma oficina de: “Produtos de limpeza alternativos: uma escolha sustentável”.

Apoio às vítimas da enchente em Santa Rita do Bracuí

Em dezembro a CGT Eletrosul realizou uma ação solidária em resposta à enchente enfrentada pela comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis (RJ), que sofreu perdas significativas.

A enchente resultou na devastação de casas, automóveis, plantações e criações locais, deixando a comunidade em situação vulnerável. A ação conjunta entre a companhia e a Associação dos Remanescentes de Quilombos Santa Rita do Bracuí consistiu na doação de 220 colchões e 1.000 galões de cinco litros d’água para os moradores, para amenizar os impactos da calamidade. Representantes da Eletrobras estiveram presentes durante a entrega das doações, auxiliando nas necessidades mais urgentes da comunidade.



Sumário

Apresentação

Gestão do impacto

Deslocamento de populações

Atendimento a emergências

Engajamento das comunidades

Comunidades indígenas e tradicionais

Projetos socioambientais



Case

Vulnerabilidade indígena às mudanças climáticas

Durante o *workshop* Climate and Human Rights for Business Practitioners in Brazil, o Cepel apresentou o projeto “Vulnerabilidade socioambiental às mudanças climáticas”, que faz parte do conjunto de projetos institucionais de PD&I da Eletrobras.

O projeto aborda os impactos das mudanças climáticas nas bacias hidrográficas brasileiras e como eles podem afetar a disponibilidade de recursos naturais e a subsistência das comunidades locais, além de agravar os conflitos entre os usuários.

Como parte do projeto, o Cepel desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade Indígena, que permite orientar estratégias integradas de adaptação climática para empresas de energia elétrica que operam próximas a Terras Indígenas.



Case

Projeto Permeiar

O Projeto Permeiar é uma iniciativa da Norte Energia S.A. em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Altamira, no estado do Pará. O projeto tem como objetivo contribuir com o município na implementação da Lei Federal nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de histórias e culturas indígenas na educação básica.

A proposta visa o desenvolvimento de projeto piloto de formação continuada para professores da rede municipal de Altamira (PA) com objetivo de subsidiá-los com conteúdo e discussões elaborados e ministrados por indígenas, que são também professores da rede municipal e que habitam tradicionalmente a região do Médio Xingu.

Por meio do projeto, inédito na região, pretende-se contribuir para a educação étnico-racial, para valorização das histórias, culturas e identidades étnicas dos povos indígenas.

Ao todo, 37 professores da rede municipal concluíram o processo de formação e estão em condições de replicarem os conhecimentos adquiridos com aproximadamente 4.100 alunos das escolas urbanas de Altamira (PA).

A expectativa é que a metodologia seja replicada e se institucionalize em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, tornando-se a semente de um processo de formação étnico-racial na região.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

**Projetos
socioambientais**

CAPÍTULO 7

Projetos socioambientais

Panorama dos investimentos socioambientais

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável e minimizar os impactos nas comunidades vizinhas de nossas operações e escritórios, bem como aquelas situadas nas bacias hidrográficas contribuintes de nossas hidrelétricas, investimos em projetos socioambientais estratégicos, por meio de projetos de escolha direta e editais temáticos.

Em 2023, investimos R\$ 22,3 milhões em projetos socioambientais, por meio de doações, patrocínio e voluntariado.

Um dos meios que utilizamos para selecionar os projetos apoiados é o Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras, uma iniciativa que busca apoiar projetos que promovam a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Lançado em 2021, o edital destina recursos financeiros para iniciativas que atuem em áreas de influência das usinas, subestações, linhas de transmissão ou sedes administrativas das empresas Eletrobras, assim como em bacias hidrográficas onde estamos presentes.

O objetivo principal do edital é fomentar projetos que contribuam para a recuperação da biodiversidade, conservação de recursos hídricos e geração de valor socioeconômico para comunidades locais.

Ao longo de 2023, demos continuidade à gestão dos oito projetos selecionados no primeiro Edital Socioambiental das Empresas Eletrobras, ocorrido em 2021.

Conheça nas páginas a seguir projetos socioambientais apoiados e conduzidos pelas empresas Eletrobras.

As diretrizes que orientam as nossas ações de investimentos social privado, tornando-as parte do nosso modelo de gestão, estão reunidas na [Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras](#).

Entre suas diretrizes, o documento norteia o investimento em projetos, ações e programas sociais e estabelece o diálogo ético e transparente com as partes interessadas, considerando suas expectativas, necessidades e contextos social, cultural, econômico, político e ambiental, de maneira comprometida com o desenvolvimento sustentável.

A política se baseia em uma série de documentos direcionadores como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tratados e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para empresas e a norma internacional ISO 26.000.

Projetos apoiados

Alimergia Continuidade

Apoiado por meio do Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras, em parceria com a Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda. (Cooperbio), o projeto acontece no município de Seberi (RS), região de Mata Atlântica.

Combinando a recomposição florestal de áreas degradadas com espécies nativas com práticas agrícolas, pecuárias e florestais de baixo carbono, o projeto contribui para o aumento da biodiversidade e a captura de carbono na região.

As ações foram focadas na recuperação de 20 hectares de áreas degradadas em propriedades de agricultores familiares com áreas de até quatro módulos fiscais, promovendo geração de renda e qualidade de vida.

Nos dois anos de projeto, 900 pessoas foram beneficiadas diretamente e 1.200 indiretamente, com 96 horas de atividades e o plantio de mais de 5 mil mudas de espécies nativas.

Workshop de Projetos Socioambientais das empresas Eletrobras

Em 2023, foi realizado o 2º Workshop de projetos socioambientais das empresas Eletrobras, com o objetivo de apresentar resultados obtidos pelos projetos e trocar experiências e fomentar a criação de uma rede, a partir da identificação de interesses comuns entre os projetos.

Durante o evento, aberto ao público interno e às comunidades envolvidas, as instituições apresentaram seus respectivos projetos, as metas, resultados e pontos positivos e negativos no desenvolvimento das atividades com espaço para perguntas e respostas.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
índigenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais

Formiga Verde

O projeto foi apoiado por meio do Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras, em parceria com o Instituto Permacultura Lab.

Trata-se de um programa de educação ambiental de base comunitária, que aconteceu no Morro da Formiga, região norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ), ao longo de 2022 e 2023.

A iniciativa buscou a redução de impactos sobre a flora e a fauna do Parque Nacional da Tijuca, por meio de ações de cunho socioambiental, unindo conservação ambiental e impacto social positivo para a comunidade, como:

- » Ao menos dez crianças participando de forma contínua do espaço de formação promovido pelo projeto;
- » Oficinas de formação voltadas para jovens e adultos, em parceria com o programa Hortas Cariocas, para o desenvolvimento de tecnologias e práticas sustentáveis de baixo custo, relacionando saberes da agroecologia e da permacultura;
- » Mais de 2 mil mudas foram plantadas como parte do projeto.

As temáticas escolhidas priorizam a geração de renda e a segurança alimentar das famílias de moradores, deixando um legado para a comunidade.

Em 2023, o projeto promoveu uma cerimônia de conclusão das suas atividades no Morro da Formiga. Foi realizado o plantio da muda de número 2 mil, da espécie pau-formiga, e houve a presença do consórcio agroflorestal com milho, feijão e abóbora, além de lanche coletivo.

Participaram da ação os voluntários da Eletrobras, a equipe do Instituto Permacultura, os agentes ambientais, integrantes da comunidade e os alunos da Escola Municipal Jornalista Brito Broca.





Case

Projeto Palmito

O Projeto Palmito é uma resposta urgente ao desaparecimento gradativo da palmeira juçara na Mata Atlântica. Considerada um símbolo nacional, esta espécie está ameaçada de extinção devido à extração predatória do palmito e à diminuição da área preservada desse bioma.

A palmeira juçara oferece habitat e alimento para uma variedade de espécies, incluindo aves, mamíferos, insetos e plantas, ajudando a manter a cadeia alimentar da floresta. Além disso, elas ajudam a estabilizar o solo e prevenir a erosão. Citada na primeira carta de Pero Vaz Caminha, os frutos e palmito dessa árvore são utilizados com fonte de alimento e renda de comunidades indígenas e tradicionais.

Conduzido pelos pesquisadores do Centro Tecnológico SATC (CTSatc), o Projeto Palmito prevê a produção e plantio de 10 mil mudas em regiões onde foi constatada sua ausência nos municípios de Morro Grande, Nova Veneza e Siderópolis (SC). Além disso, o projeto inclui a conscientização das comunidades adjacentes.

Selecionado no Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras em 2021, o projeto é financiado pela Eletrobras CGT Eletrosul.

Case

Projeto Lagos do São Francisco

O projeto Lagos do São Francisco, realizado pela Eletrobras Chesf, tem como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais no entorno das barragens do Complexo de Paulo Afonso e das usinas hidroelétricas de Itaparica (Luiz Gonzaga) e Xingó, no rio São Francisco.

São beneficiados cerca de quatro mil agricultores familiares, moradores de doze municípios dos estados de Alagoas (Piranhas, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia e Pariconha), Bahia (Paulo Afonso, Glória e Rodelas), Pernambuco (Jatobá e Petrolândia) e Sergipe (Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória).

As atividades são realizadas em pequenas áreas de demonstração das inovações instaladas em propriedades de agricultores ou em espaços comunitários. Também são organizados eventos de capacitação e de estímulo ao empreendedorismo, além de distribuição de equipamentos, mudas e materiais técnicos para auxiliar as famílias no processo produtivo.

Os planos de ação refletem a diversidade agrícola, econômica e ambiental da região, incluindo atividades como produção de mel, de frutas, hortaliças, criação animal, além de ações de preservação ambiental e recuperação de mata ciliar, entre outros.

Em 2023, foram realizados Dias de Campo nas cidades de Petrolândia (PE), Rodelas (BA) e Curaçá (BA), com foco no manejo da manga, coqueiro e limão, respectivamente. Os eventos reuniram cerca de 124 produtores, familiares e estudantes.

Ao longo do ano, também foi produzida e divulgada uma série especial de minidocumentários sobre o projeto Lagos do São Francisco, composta por 12 filmes com depoimentos e imagens que retratam a importância do projeto. [Clique aqui](#) para saber mais.

🏠 Sumário

Apresentação

Gestão do
impacto

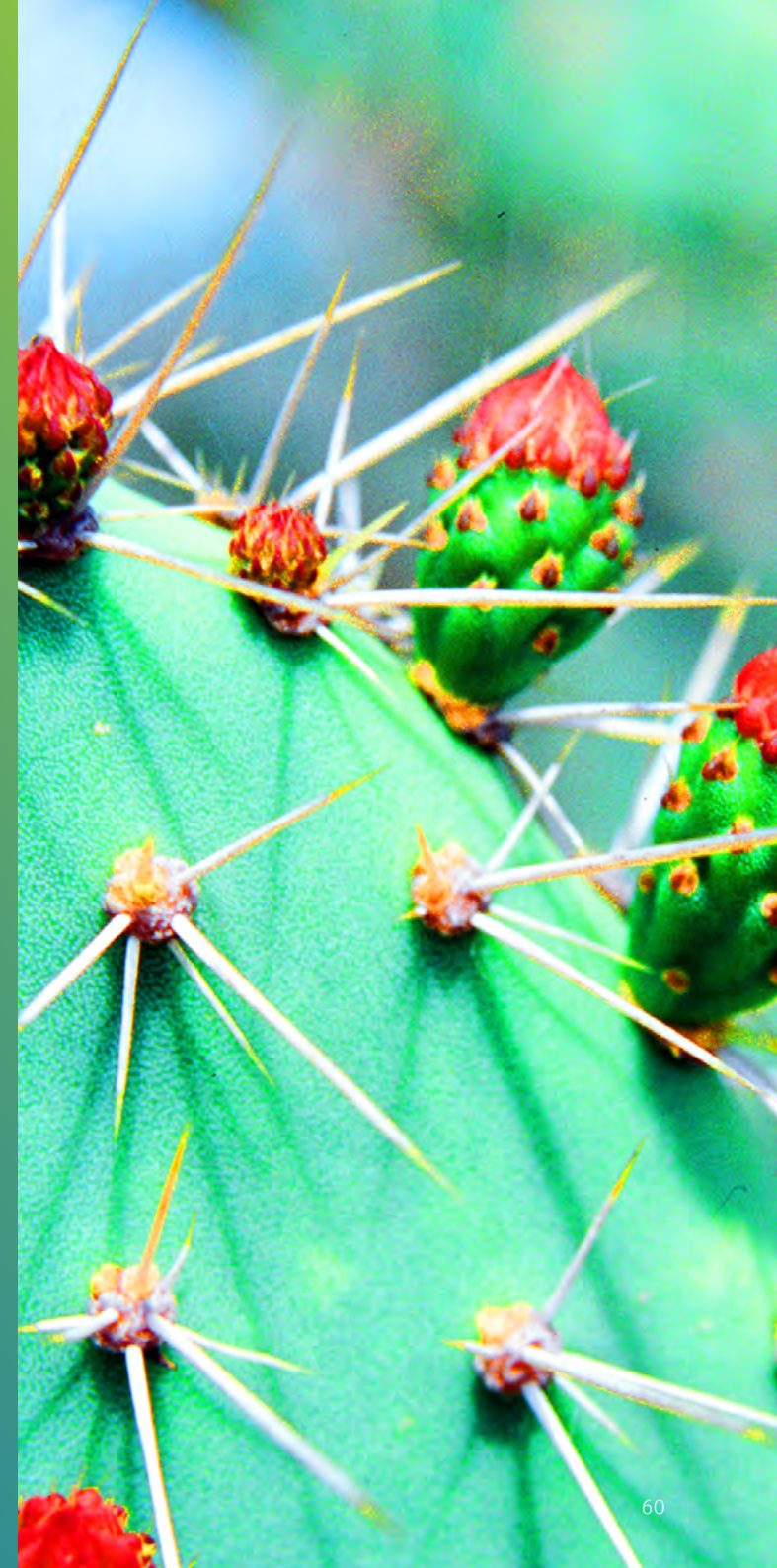
Deslocamento
de populações

Atendimento
a emergências

Engajamento
das comunidades

Comunidades
indígenas e
tradicionais

Projetos
socioambientais



*Case*

Quilombolas da Chapada Diamantina

O projeto “Semeando Resiliência do Território Chapada Diamantina” está sendo implementado em 21 comunidades rurais, das quais oito quilombolas, nas microrregiões dos municípios baianos de Abaíra, Andaraí, Boninal, Piatã, Seabra, Ibicoara e Morro do Chapéu, área de atuação da CHESF.

A iniciativa visa implantar unidades de produção agroecológica, atendendo às práticas de agricultura biológica regenerativa para restaurar a fertilidade dos solos, baixar custos de produção, obter maior retenção de água nos solos e restaurar o equilíbrio biológico.

Além disso, o projeto investe na formação continuada para que as comunidades possam, cada vez mais, obter seus objetivos de desenvolvimento rural sustentável, conquistando autonomia e gerando autossuficiência.

Paralelamente, o projeto reforça as atividades de regularização fundiária e ambiental, uma medida que é vital para a segurança jurídica e a gestão eficaz da terra.

*Case*

Projeto Água Limpa

Um dos projetos apoiados pela Eletrobras Furnas entre 2021 e 2023, selecionado no Edital Socioambiental das Empresas Eletrobras, foi o Água Limpa: Famílias Tradicionais e Quilombolas – Preservando o Meio Ambiente, localizado em Acaiaca (MG).

A iniciativa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, incentivar a conservação da biodiversidade local e preservar os recursos hídricos, a partir da participação de crianças, adolescentes, adultos e estudantes da Escola Família Agrícola – EFA Paulo Freire.

Seu foco é apoiar a criação do viveiro da escola, o cercamento de nascentes e a construção de fossas biodigestoras em comunidades rurais, além de promover oficinas de educação ambiental nas escolas e comunidades.

Cases

Conservação e Desenvolvimento para o Entorno de Áreas Protegidas da Caatinga

Realizado pela Eletrobras Chesf nas Comunidades da Zona de Amortecimento do Parque Estadual das Sete Passagens (BA), o projeto foi selecionado pelo Edital Socioambiental 2021 e tem como objetivo promover o planejamento ambiental para a conservação e gestão dos recursos hídricos locais. Suas iniciativas incluem a implementação de tecnologias sociais hídricas para melhoria do saneamento, o aproveitamento das águas pluviais, a conservação dos recursos hídricos, a produção de alimentos e a conscientização ecológica.

Com a participação das comunidades rurais, foram realizadas visitas técnicas e *workshops* para compreender os aspectos agroecológicos das tecnologias sociais hídricas de convivência com o semiárido, assim como obter apoio técnico para implementação das ações do convênio.

O projeto prepara a população do entorno da Unidade de Conservação para cumprir seu papel de conter e minimizar as ameaças externas à conservação da biodiversidade, como poluição hídrica, desmatamentos, queimadas e uso de agrotóxicos.

Projeto Tartarugas do Delta

Apoiado pela Eletrobras Chesf, é uma iniciativa voltada para a conservação das tartarugas marinhas na região do Delta do Parnaíba. Este projeto, coordenado pelo Instituto Tartarugas do Delta (ITD), busca proteger e preservar as tartarugas marinhas através de ações de monitoramento de praias, proteção de ninhos, resgate de tartarugas encalhadas e programas de educação ambiental para a comunidade.

O projeto tem mostrado resultados significativos na conservação das espécies ameaçadas de extinção, como a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*).

Em 2023, o projeto continuou a expandir suas atividades com o suporte da Chesf, garantindo a proteção de um número crescente de ninhos e filhotes, além de realizar ações educativas que alcançaram diversas comunidades locais.

Projeto Artesanato Produtivo

Tem o objetivo contribuir para a conservação da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba

através do apoio ao artesanato local. O projeto foi desenvolvido no litoral piauiense para identificar grupos produtivos que pudessem colaborar com as ações de conservação do meio ambiente a partir de suas atividades de artesanato.

Foram desenvolvidas oficinas de artesanato, rodas de conversas, oficinas de empreendedorismo e apoio para comercialização dos produtos.

Empreendedorismo Feminino

Em parceria com a ONG Amor Forte, foi realizado o I Encontro de Empreendedorismo Feminino – Ela Pode, para mulheres do entorno da Sede da Chesf, em Recife (PE), evento em que as mulheres puderam expor seus produtos e serviços.

Em parceria com a ONG Comitê da Cidadania dos Chesfianos de Recife (CCCR) e a ONG Amor Forte, também apoiamos a palestra “Empreendedorismo Feminino: do protagonismo ao sucesso”, proferida pelo Sebrae Pernambuco, para mulheres moradoras das comunidades do entorno da Sede da Chesf, em Recife (PE).

Projeto Ciranda – Música e Cidadania

A Eletrobras Furnas mantém as atividades anuais do polo de ensino de instrumentos de orquestra do Instituto Ciranda, na cidade de Rondonópolis (MT), organização criada para desenvolver ações nas áreas da educação e cultura, utilizando a música como ferramenta de cidadania.

Cerca de 3 mil pessoas já passaram pela experiência, e o desafio dos alunos é a inserção no mercado de trabalho. Em 2023 foram capacitadas mais de 100 pessoas, incluindo refugiados de diversas nacionalidades.

Ação Social pela Música

O projeto, realizado pela Eletrobras Furnas, tem como objetivo contribuir no ensino coletivo de música clássica voltado para crianças e jovens moradores de comunidades socioeconomicamente desfavorecidas e em situação de vulnerabilidade social, mantendo

suas atividades em sete núcleos no Estado do Rio de Janeiro: Petrópolis, Complexo do Alemão, Morro dos Macacos, Rio das Pedras, Manguinhos, Tijuca e Cidade de Deus.

São oferecidas aulas de instrumentos de cordas e de sopro, aulas de prática de orquestra, oficinas artísticas complementares, além de reforço escolar e palestras socioeducativas.

Curso Cuidador

A Eletrobras Furnas apoia, há mais de 20 anos, o curso que oferece capacitação profissional para a função de cuidador de idosos, crianças e pessoas com deficiência, oferecendo, no Rio de Janeiro (RJ), aulas práticas e teóricas com foco na melhoria da qualidade de vida daqueles que recebem o cuidado.

A capacitação e o material didático são gratuitos, e a alimentação e o transporte são de responsabilidade dos alunos. Ao término da formação, os alunos têm os nomes incluídos no Cadastro de Cuidadores da Eletrobras. Um destaque da iniciativa é a capacitação de refugiados.

Internet das Coisas para Jovens do Ensino Médio

Em parceria com o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológicos (LSI-TEC), ligado à USP, o projeto inaugurou cinco Espaços Maker de Internet das Coisas (IoT) em escolas públicas da cidade de São Paulo.

As escolas receberam *kits* de componentes eletrônicos para programação física, equipamentos, ferramentas e móveis básicos para montarem um Espaço Maker de baixo custo.

A iniciativa é voltada para proporcionar aos alunos oportunidades de desenvolver projetos e soluções e compreender os impactos sociais e profissionais da IoT, contribuindo para uma educação mais equitativa, inclusiva e de qualidade.

O projeto traz a perspectiva da educação para o trabalho, e já formou cerca de 600 jovens em menos de dois anos.



Voluntariado

Em 2023, iniciamos a reestruturação de nosso Programa de Voluntariado, visando a uma melhor adequação à nossa realidade atual e ao processo de integração das empresas Eletrobras.

Nesse sentido, em outubro, realizamos um *workshop* com a participação de representantes de todas as empresas, com foco em transformar os programas existentes em um programa integrado para todo o grupo, com diretrizes estratégicas alinhadas aos negócios, permitindo o planejamento de ações futuras.

Ao longo do ano, foram dedicadas 3.029 horas ao trabalho voluntário, entre tempo para planejamento e execução das ações, com a participação de mil profissionais e 8.149 pessoas beneficiadas.

Entre as ações integradas da Eletrobras, podemos citar os projetos:

- » Dia de Doar, com a arrecadação de 2.686 quilos de alimentos e 102 produtos de higiene;
- » Hortas sociais nas instalações e no entorno das empresas com doação dos alimentos à comunidade;
- » Ação de plantio de mudas em parceria com o projeto Formiga Verde (RJ), contemplado pelo Edital de Projetos Socioambientais da Eletrobras;
- » Realização de rodas de conversa sobre temas como enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e consumo consciente;
- » Contação de histórias no Projeto Pequenas Vozes do Carmelo (RJ), integrante da Rede CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do Centro do Rio de Janeiro;
- » Campanha de Natal que arrecadou aproximadamente 600 presentes para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social;
- » Campanha “Aqueça o Coração” que arrecadou milhares de produtos de higiene, roupas e agasalhos doados a pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- » Campanhas emergenciais, de doação de sangue, de Dia das Crianças e de Páscoa.



Cases

Ações voluntárias

Em 2023, a Eletrobras Chesf, em parceria com organizações locais, desenvolveu iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial, com o objetivo de incentivar, organizar, apoiar e reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus profissionais em benefício da sociedade, visando atender às necessidades das comunidades próximas aos seus empreendimentos.

Dentre as principais atividades, destacam-se:



Roda de conversa sobre enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, no município de Glória do Goitá (PE);



Roda de conversa com os alunos Escola Helena Pugó, em Recife (PE), sobre enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes;



Campanha de arrecadação de garrafas pet que são doadas para a ONG Fábrica de Vassouras Ecológicas, composta por mulheres em situação de vulnerabilidade social, em Recife (PE);



Campanha de recolhimento de caixas tetrapak, que são limpas e destinadas à produção de mantas térmicas para doação a moradores em situação de rua;



Campanha Banho do Bem, com arrecadação de itens de higiene trazidos por profissionais (kits de hotéis ou comprados);



Natal Solidário com arrecadação de 582 presentes novos para creches em Recife (PE) e Salvador (BA);



Dia de Doar com arrecadação de 683 kg de alimentos, em Recife (PE), Salvador (BA) e Sobradinho (BA), que serão doados para instituições que atuam na área da Assistência Social em todo o país;



Parceria com dez instituições que desenvolveram projetos de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios de Fortaleza e Pacajus (CE) e Altinho, Glória do Goitá, Serra Talhada, Paulista e Arcoverde (PE).

Case

Mentoria com energia

Ação virtual desenvolvida pelo Programa de Voluntariado e pelo Programa de Jovem Aprendiz da Eletrobras, em parceria com o instituto FESA C.R.O.M.A, com a participação de todas as subsidiárias.

Os voluntários passaram por uma capacitação e se tornaram mentores de jovens aprendizes da companhia. O objetivo foi fornecer insumos e ferramentas para que jovens em situação de vulnerabilidade social pudessem desenvolver seus planos de ação profissional, contribuindo para o seu crescimento pessoal. Como as duplas eram formadas com mentores e mentorados de diversas regiões do país, promovemos também a troca de culturas regionais.

Essa ação ganhou o prêmio Conexões que Inspiram 2023, promovido pelo Comitê Mineiro de Voluntariado.

Case

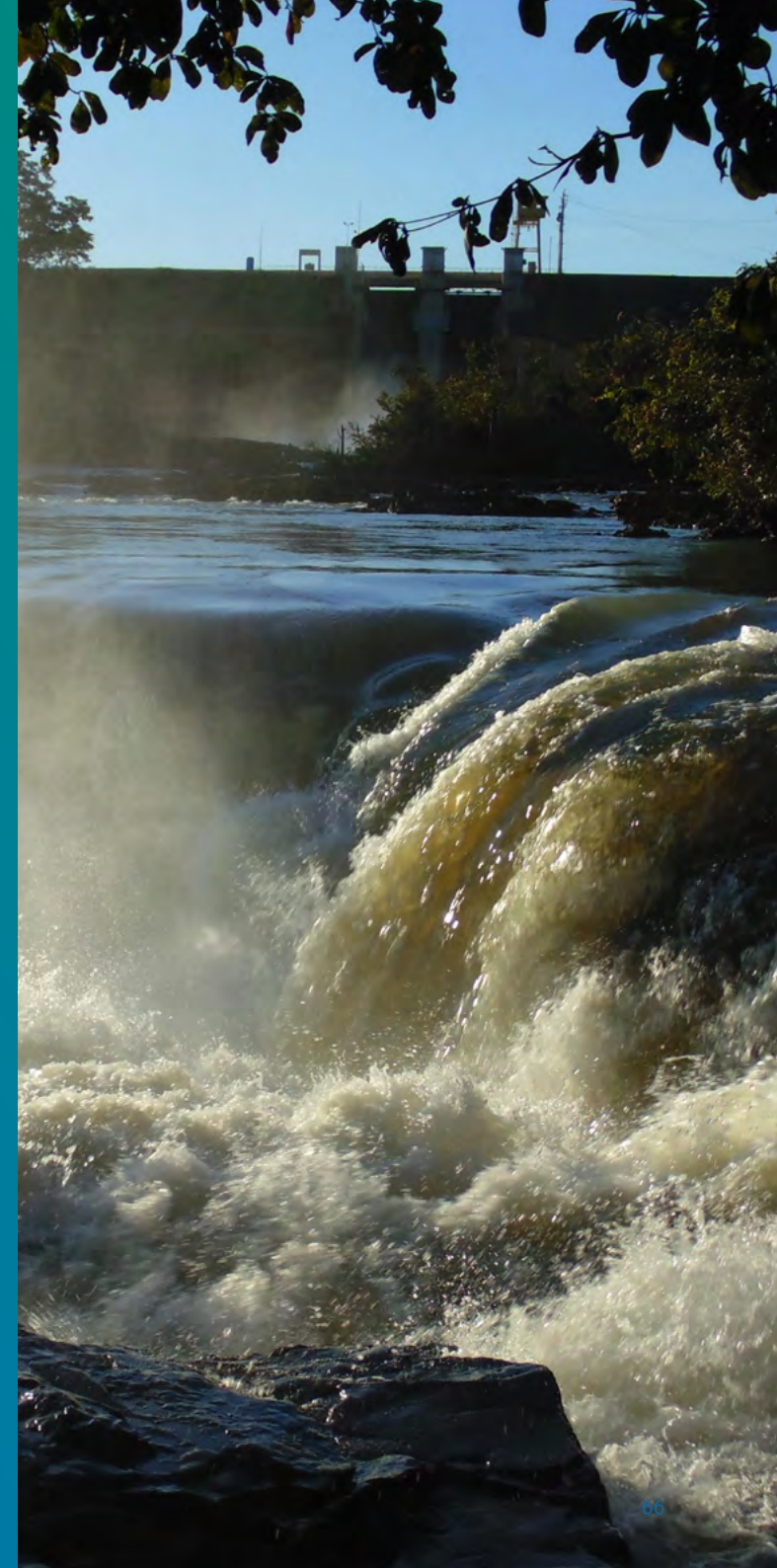
Intervenção Ambiental para a Recuperação das Águas

A ação, promovida pela Eletrobras Furnas, realiza mutirões de limpeza, reflorestamento e plantio de mudas nativas, com objetivo de revitalizar e recuperar áreas. O projeto também prevê a confecção e instalação de barreiras ecológicas e recuperação de nascente de rios, bem como a conscientização ambiental de colaboradores, familiares e escolas do entorno dos empreendimentos.

As mudas são doadas pelo horto da empresa ou por parceiros, e todo resíduo recolhido é destinado a um cooperativa parceria da empresa.

Em 2023, foi realizado um mutirão para plantio de 250 mudas nativas da Mata Atlântica, no Parque Estadual da Pedra Branca (RJ), doadas pelo horto da Usina Hidrelétrica de Funil.

O objetivo da ação foi recuperar uma das quatro nascentes que alimentam o Rio Piraquara, que vem secando ao longo dos anos devido à degradação da floresta.



Case

Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Reforçando a agenda de direitos humanos, as empresas Eletrobras atuaram em conjunto, por meio de seus voluntários, em prol do dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, promovido pela Campanha Nacional Faça Bonito.

Anualmente, são realizadas ações em parceria com as redes de enfrentamento locais nos territórios da empresa, com destaque para a mobilização da sociedade por meio de atividades lúdicas, conscientização de beneficiados de instituições sociais e a participação em atividades com as redes locais.

Em 2023, foram realizadas ações em parceria com a Rede Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes de Pernambuco, que beneficiou atendidos das instituições sociais. Além disso, foram realizadas rodas de conversa com os mentores voluntários visando fomentar a rede de proteção interna que beneficia os jovens aprendizes e estagiários da empresa.



Na Mão Certa

Desde 2022, aderimos ao Programa Na Mão Certa, uma iniciativa da Childhood Brasil que promove a união de esforços para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes em diversos elos da cadeia produtiva. Em 2023, nosso trabalho se tornou um case do Programa, como uma boa prática direcionada para o público jovem da empresa, que inclui jovens aprendizes e estagiários.

A iniciativa consistiu em fomentar nossa rede de proteção interna em prol desse público. No 1.º semestre, foram realizadas ações e rodas de conversa com supervisores, mentores e os próprios jovens aprendizes e estagiários das empresas. No 2.º semestre de 2023, foi realizada uma roda de conversa com representantes das empresas de jovens aprendizes e estagiários para reforçar a importância do tema e detalhamento do plano de ação.

Patrocínio

Ao longo de 2023, investimos mais de R\$ 8 milhões em 32 projetos de patrocínio, valorizando ações culturais, esportivas e de inovação.

Apresentamos a seguir alguns patrocínios de destaques do ano e, no nosso [site](#), todos os projetos apoiados.

Festival de Luzes

A apresentação, patrocinada pela Eletrobras e apoiada pela Riotur, conta com a participação de 150 drones que desenham figuras no ar, *lasers* que podem ser vistos a até 6km de distância, projeções e música.

Na fronteira entre arte e tecnologia, cria experiências acessíveis e interage entre a arte de rua e o *videomapping*, uma combinação de arte e tecnologia que promove a ocupação do espaço público e explora a milenar tradição humana de contar histórias.

O festival aconteceu em São Paulo (SP) e Florianópolis (SC) e contou com 600 mil pessoas em cinco anos.

Rio Innovation Week 2023

A Eletrobras participou da maior feira de tecnologia e inovação da América Latina, a Rio Innovation Week, que incentiva a inovação e a tecnologia para criar novos negócios.

O evento compartilha com atores-chave do mercado experiência com pesquisas, desenvolvimento, sustentabilidade, inovação e tecnologia, a partir do olhar integrado de nossa área corporativa estratégica.

SDGs In Brazil

A Eletrobras participa do SDGs in Brazil, evento da rede brasileira que ocorre na sede das Nações Unidas em Nova York.

A iniciativa busca engajar as empresas dos setores público e privado para contribuir para alavancar o desenvolvimento sustentável da Amazônia, de olho no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Patrocínio esportivo

Conduzimos o Programa de Patrocínio Esportivo das Empresas Eletrobras, um edital voltado à seleção de projetos desportivos e paradesportivos, aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte, com o objetivo de contribuir para que o esporte se efetive como uma ferramenta de transformação social nos municípios onde atuamos.

Foram selecionados 35 projetos titulares e sete suplentes, com foco em iniciativas que concedam relevância para a reputação de nossa marca e que traduzam o apoio efetivo ao desporto nacional.

Um exemplo é o patrocínio ao Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artístico, projeto que busca o desenvolvimento esportivo de alto rendimento de atletas das equipes de base de natação, polo aquático, nado artístico e ginástica artística, através da oferta de condições de treinamento adequadas à formação esportiva, da oportunidade de participação nos principais campeonatos (regionais, nacionais e internacionais) e do aprimoramento global dos atletas.

